



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS:
CULTURA, DESIGUALDADE E DESENVOLVIMENTO
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TAIANE ALMEIDA SANTOS

MÍDIA, SEGURANÇA PÚBLICA E A CHACINA DO CABULA

CACHOEIRA – BAHIA
2018

TAIANE ALMEIDA SANTOS

MÍDIA, SEGURANÇA PÚBLICA E A CHACINA DO CABULA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito a obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins

CACHOEIRA – BAHIA

2018

Ficha Catalográfica: Biblioteca Universitária de Cachoeira - CAHL/UFRB

Santos, Taiane Almeida
S237m Mídia, Segurança Pública e a Chacina do Cabula /
Taiane Almeida Santos. – Cachoeira, 2018.
100 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Herbert Toledo Martins.
Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e
Desenvolvimento, Centro de Artes, Humanidades e Letras,
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.
Material adicional: CD.

1. Comunicação de massa - Brasil. 2. Violência urbana -
Brasil. 3. Reportagens investigativas. 4. Segurança pública.
5. Mídia impressa. I. Universidade Federal do Recôncavo da
Bahia. Centro de Artes, Humanidades e Letras. Programa
de Pós-Graduação em Ciências Sociais. II. Título.

CDD: 303.61

Elaboração: Fábio Andrade Gomes - CRB-5/1513

TAIANE ALMEIDA SANTOS

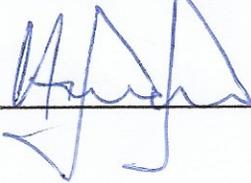
MÍDIA, SEGURANÇA PÚBLICA E A CHACINA DO CABULA

Dissertação submetida à avaliação para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Cachoeira, 30 de maio de 2018

EXAMINADORES:

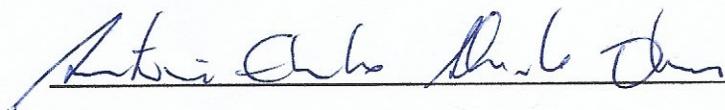
Prof. Dr. Herbert Toledo Martins (UFSB – Orientador)



Prof. Dra. Lilian Reichert Coelho (UFSB – Examinadora)



Prof. Dr. Antônio Eduardo Alves de Oliveira (UFRB – Examinador)



CACHOEIRA/BA
2018

Dedico este trabalho a minha mãe, Valda e a meu pai Antonio, que sempre me apoiaram, apesar das dificuldades. Ao amor da minha vida, meu filho Enzo pela compreensão nos momentos de ausência, que se justificam por te oferecer o melhor. Ao meu companheiro Daniel Lima pelo incentivo, preocupação e troca de ideias durante a pesquisa. Com vocês aprendi que é possível ter uma vida acadêmica, sem abrir mão das amizades e dos amores.

Agradecimentos

Ao meu orientador Prof. Dr. Herbert Toledo, meu maior incentivador, por ter aceitado orientar uma pesquisa desafiadora como esta, que envolve uma temática de extrema relevância para academia e para sociedade. Obrigado pelo seu comprometimento do ofício da sociologia e pela generosidade intelectual, pela dedicação durante todas as fases do presente trabalho e pelo conhecimento transmitido nas discussões sempre oportunas, fortalecendo em mim o interesse pelo estudo.

Aos amigos de interlocução acadêmica e inquietações, Ana Paula Almeida, Lorena Sales, Rafael Lopes e Sostenes Aroeira. A turma do mestrado, que contribuiu com críticas construtivas para um melhor enquadramento do projeto. A professora Lilian que surgiu em meio ao processo de construção e me deu a oportunidade de aprender de forma mais cuidadosa sobre as teorias do jornalismo o que contribuiu para fortalecer o referencial teórico e metodológico da pesquisa, como também para compreender um pouco do fazer dos jornalistas.

À comunidade da UFRB, em especial ao professor Eduardo Oliveira e Luiz Flavio Godinho, que guardo admiração e respeito pela sua pessoa e a didática ao ensinar, em especial a colega Daiana Andrade, que compartilhou suas vitórias e angústias durante o mestrado.

RESUMO

SANTOS, Taiane Almeida. **Mídia, Segurança Pública e a Chacina do Cabula**, 98, 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRB, Cachoeira.

Apresenta-se uma análise do Caso conhecido como “Chacina do Cabula” por meio da cobertura dos dois jornais impressos de maior circulação no estado da Bahia. O problema de pesquisa orientou-se pelo questionamento de qual modelo de segurança pública subjaz aos textos informativos noticiosos veiculados pelos jornais em tela, o tratamento midiático com relação à política de segurança pública vigente à época da Chacina, e quais foram os conteúdos manifestos que permitiram compreender a posição do governo do Estado em relação ao evento. Metodologicamente, o trabalho seguiu técnicas da Análise de Conteúdo Bardin (2010), por meio da qual foi possível inferir e interpretar as notícias veiculadas nos periódicos. A partir da investigação, compreendemos que vários são os desafios colocados e uma multiplicidade de mudanças urgentes. Dessa maneira, a partir de um ponto de vista teórico pretendeu-se demonstrar empiricamente que a cobertura de ambos os jornais em tela sobre a Chacina do Cabula foi pautada no senso comum e, com isso, foram favorecidas as fontes oficiais e a sua política de segurança representada pelo Programa Pacto Pela Vida, não questionada em momento algum, sobretudo, ao silenciar sobre o instituto dos autos de resistência. Como resultados temos que a Política de Segurança do Estado da Bahia não se apresenta como inovadora, pois antigas práticas permanecem vigentes, reproduzindo traços de Estado Penal, baseada em uma lógica racista de ocupação e remoção de moradores. Finalmente, a Chacina do Cabula é, do nosso ponto de vista, um exemplo inequívoco do insucesso do PPV-BA, e da demonstração de que se trata de uma política de segurança pública equivocada, pois, como tentamos demonstrar, não rompe com o paradigma da guerra às drogas e, por isso, torna-se, enquanto política de Estado, refém da truculência de uma polícia formada, preparada e estimulada a combater e exterminar o inimigo, o pequeno traficante da esquina, dos morros e das periferias das grandes cidades.

Palavras-chaves: Violência Urbana Sociologia do Crime. Análise de Conteúdo. Mídia Impressa.

ABSTRACT

SANTOS, Taiane Almeida. **Media, Public Safety and the Cabula Chacina**, 98, 2018. Dissertation (Master in Social Sciences) - Graduate Program in Social Sciences, UFRB, Cachoeira.

This work presents an analysis of the Case known as "Massacre of the Cabula", from the coverage of the two newspapers with the largest circulation in the state of Bahia. The research problem was guided by the questioning about which public safety model underlies the texts of the news transmitted by the selected newspapers, the mediatic approach on the public safety policy in force at the time of the massacre, and what were the manifest contents that allowed to understand the position adopted by the Bahia government in this case. As methodology in this study was used the Content Analysis (Cf. BARDIN, 1977), through which it was possible to interpret the news published in the newspapers. Through this research we understand that there are several challenges and a multiplicity of changes to be made urgently. Thus, from a theoretical point of view it was intended to demonstrate empirically that the approach of both newspapers on the "Massacre of the Cabula" was based on common sense and therefore the official sources and its security policy represented by the Pacto Pela Vida program were favored. This security policy was not examined by the newspapers that silencing the problem of the "autos de resistência". As a result, we find a Security Policy of the State of Bahia is not innovative, because obsolete practices remain in force reproducing evidence of the Penal State based on a racist logic of occupation and removal of residents. Finally, from our point of view, the "Massacre of the Cabula" is an clear example of the failure of PPV-BA and the demonstration that it is a misguided public security policy because, as we have tried to demonstrate, it does not end the paradigm of the drug war and therefore becomes a state policy hostage to the truculence of a police prepared and stimulated to fight and exterminate the enemies, the small drug dealers on the corner, in the slum and in the suburbs of the metropolises

Keywords: Media. Urban violence. Sociology of Crime. Content analysis. Media Printed.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – OS 5 países com mais presos (2015)	32
Tabela 2 – Taxa de Homicídio por Arma de Fogo. Total por Raça/Cor, 2003/2014	37
Tabela 3 – Prêmio De Desempenho Policial - PDP (EM R\$)	42
Tabela 4 – Quadro quantitativo referente ao mês de fevereiro de 2015	51
Tabela 5 – Unidades de Registro	54

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2016	33
Gráfico 2 – Distribuição sentenças de crimes tentados ou consumados de pessoas privadas de liberdade	34
Gráfico 3 – Raça/cor da População Carcerária Brasileira	35
Gráfico 4 – Faixa Etária da População Carcerária Brasileira	36

Lista de Imagens

Imagem 1 – Mapa do bairro do Cabula	23
Imagem 2 – Três fases da Análise de Conteúdo	49
Imagem 3 – Notícias dos Jornais <i>A Tarde</i> e <i>Correio</i> . Ano de 2015	56
Imagem 4 – Notícias do jornal <i>A Tarde</i> e <i>Correio</i> . Ano de 2016	57
Imagem 5 – Notícias do Jornal <i>A Tarde</i> e <i>Correio</i> . Ano de 2017	57

Lista de Abreviaturas e Siglas

ACM – Antônio Carlos Magalhães
ADPF – Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública
BCS – Bases Comunitárias de Segurança
CVLI – Crimes Violentos Letais e Intencionais
DEA – Departamento de Entorpecentes
DHPP – Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa
DPT – Departamento de Polícia Técnica
EA – Espaços Afrodescendentes
EUA – Estados Unidos da América
FBI – *Federal Bureau of Investigation*
IML – Instituto Médico Legal
LEAP – Law Enforcement Against Prohibition
MP – Ministério Público
MPF – Ministério Público Federal
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PDP – Prêmio por Desempenho Policial
PM – Polícia Militar
PPV – Pacto Pela Vida
RISP – Regiões Integradas de Segurança Pública
RMS – Região Metropolitana de Salvador
RONDESP – Rondas Especiais
SDS – Sistema de Defesa Social
SSP – Secretaria de Segurança Pública
STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. MÍDIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	17
2. O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO BAIRRO DO CABULA	23
3. A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS E O PROGRAMA PACTO PELA VIDA DA BAHIA	29
3.1 O Programa Pacto Pela Vida da Bahia	39
4. METODOLOGIA: AS CATEGORIAS DE ANÁLISE	44
4.1 Análise de Conteúdo	45
5. DESCRIÇÃO DOS JORNAIS: COMPOSIÇÃO DO MATERIAL DE ANÁLISE	61
5.1 Jornais: História e Contexto	61
5.1.1 O Correio	61
5.1.2 A Tarde	62
5.2 Primeiras evidências – <i>O Correio e A Tarde</i>	63
5.3 Descrição detalhada do quadro de análise	64
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
7. REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

Na madrugada do dia 06 de fevereiro de 2015, policiais das Rondas Especiais (RONDESP) da Polícia Militar da Bahia executaram sumariamente 12 jovens moradores da Vila Moises, episódio que ficou conhecido como “Chacina do Cabula”. A execução teve expressiva repercussão nas mídias locais e nacional. De acordo com as conclusões do Ministério Público da Bahia (MP-BA), a chacina foi planejada pelo policiais militares e motivada por vingança, como "resposta à altura" ao tráfico de drogas na área, em decorrência de uma incursão feita no mesmo local pelos policiais no dia 17 de janeiro de 2015, quando, em troca de tiros, um policial foi ferido no pé e dois jovens, mortos.

Na emboscada organizada pelos policiais foram executados Everson Pereira dos Santos, 27 anos, Ricardo Vilas Boas Silvia, 27, Jeferson Pereira dos Santos, 22, João Luis Pereira Rodrigues, 21, Adriano de Souza Guimarães, 21, Vitor Amorim de Araujo, 19, Agenor Vitalino dos Santos Neto, 19, Bruno Pires do Nascimento, 19, Tiago Gomes das Virgens, 18, Natanael de Jesus Costa, 17, Rodrigo Martins de Oliveira, 17, e Caique Bastos dos Santos, 16 anos. Os laudos cadavéricos realizados pelo Departamento de Polícia Técnica (DPT) nos 12 corpos apresentaram indícios de execução na ação policial. De acordo com as análises, parte dos disparos foi realizada de cima para baixo. Além disso, alguns mortos apresentaram perfurações na palma da mão, braços e antebraços, sendo que apenas quatro baleados tinham vestígios de pólvora nas mãos. Os laudos também apontaram que a maioria apresentava pelo menos cinco marcas de tiros, alguns deles disparados a curta distância, de menos de 1,5 metros. Em um dos casos, as perfurações indicam que o projétil entrou na base da cabeça e saiu pelo queixo. Além das vítimas fatais quatro sobreviventes deram entrada no Hospital Roberto Santos naquela madrugada: Elenilson Santana da Conceição, 22 anos; Luis Alberto de Jesus Filho, 28 anos; Luan Lucas Vieira de Oliveira, 20 anos; Arão de Paula Santos, 23 anos e um menor de 15 anos. Os rapazes que sobreviveram ao atentado e as vítimas fatais foram atingidas por 88 disparos de arma de fogo. Conforme o MP, os ferimentos indicavam que eles tentaram se defender - quase todos apresentavam ferimentos nos braços. Entre eles, somente dois tinham passagem pela polícia. Luis Alberto de Jesus Filho respondia na Justiça por posse de maconha. E Everson Pereira dos Santos havia sido preso em 2006 por porte de arma branca e, em 2010 e 2011 por briga no carnaval. Esses são resumidamente os fatos a partir de uma leitura flutuante (Cf. BARDIN, 1977) dos jornais *A Tarde* e *O Correio* nos dias que se seguiram à chacina.

A importância de fazer da Chacina do Cabula objeto de pesquisa recai em primeiro lugar, no fato de que ela não pode ser esquecida. Portanto, torná-la objeto de investigação

científica é uma maneira de inscrevê-la nos anais da história sob uma ótica crítica. Em segundo lugar, a Chacina do Cabula revela a falência da política de segurança pública vigente não somente no Estado da Bahia, mas em todo o país. Contraditoriamente, um governo dito de esquerda – o Partido dos Trabalhadores – aceita sem críticas, por intermédio da sua Secretaria de Segurança Pública, o instituto do auto de resistência criado no período militar, que confere ao policial o poder de matar jovens e trabalhadores. Em terceiro lugar, a chacina revela o *modus operandi* da RONDESP, ou seja, a hipocrisia da narrativa de uma política de segurança que se diz baseada na produção da paz anunciada pelo governador à época, mas que, na calada da noite, covardemente ceifa a vida de jovens negros das periferias. Em quarto lugar, a Chacina do Cabula demonstra a necropolítica praticada pelo Estado que aprofunda o genocídio do povo negro em nome da guerra às drogas. No lugar do comunista dos tempos da ditadura militar, elegeu-se o traficante de drogas como foco de atenção, e o tráfico de drogas se tornou a panaceia para encobrir todo tipo de abuso de autoridade e incapacidade das polícias de investigar e proteger a população. Finalmente, a Chacina permite a análise mais geral do papel que a mídia e os seus órgãos jogam no campo da segurança pública.

Sobre a Chacina, uma miríade de indagações poderia ser elencada na tentativa de compreender tais fatos. Muitas são as perguntas que o episódio suscita. No entanto, o propósito desta dissertação é colocar em questão a Chacina do Cabula para compreendermos o tratamento que a mídia ofereceu ao evento e seus desdobramentos posteriores, como a mídia impressa – em destaque os jornais *A Tarde* e *O Correio* - noticiou o evento? Parte-se aqui do pressuposto de que a mídia cumpre papel importante na formação da opinião pública sobre questões de segurança pública. Como salientam Noronha e Machado (2002, p. 660), embora a imprensa faça críticas ao sistema de justiça penal (tribunais, polícia e prisões) como meio de demonstrar independência, ela opera como uma caixa de ressonância do modo de pensar e agir dos policiais, não sendo estranho que o ódio aos bandidos seja também aí elaborado e, eficazmente, difundido. Nesta perspectiva, o objetivo geral da investigação é analisar o papel que a mídia joga no campo da segurança pública a partir da cobertura da Chacina do Cabula pelos jornais impressos *A Tarde* e *Correio da Bahia*. Os objetivos específicos foram: identificar os sentidos subjetivamente visados que as notícias veiculadas atribuíram à Chacina. Demonstrar que modelo de segurança pública subjaz por trás das notícias veiculadas pelos jornais em tela. Constar a política de segurança pública vigente à época da chacina foi tratada pela mídia, verificar quais foram os conteúdos manifestos contidos nas notícias sobre a Chacina que permitem inferir a posição do governo do estado em relação ao evento?

A estratégia metodológica utilizada foi a Análise de Conteúdo, cuja escolha justifica-se por três razões, a saber: primeiro, pelo fato de que a Análise de Conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras inscritas nas notícias sobre as quais se debruça. Vale registrar que a notícia é entendida aqui como “o relato integral de um fato que já eclodiu na sociedade” (MARQUES DE MELO, 1994, p.65). Contudo, notícias expressam mensagens que, por sua vez, são o objeto da comunicação, pois são constituídas pelos conteúdos das informações que o emissor envia para o receptor. O ponto de partida da Análise de Conteúdo é a mensagem, seja ela oral, escrita, gestual, simbólica, virtual, documental ou oriunda de imagens, posto que por trás das mensagens geralmente simbólicas e polissêmicas escondem-se sentidos que convém desvendar (Cf. BARDIN, 1977). Construídas socialmente por processos cognitivos, as mensagens e os seus conteúdos influenciam não apenas a comunicação, mas também o receptor. Além disso, as mensagens estão necessariamente vinculadas às condições contextuais de seus produtores. Daí, portanto, a Análise de Conteúdo considerar o contexto social e político em que as mensagens e seus sentidos subjetivamente visados foram produzidos, o que é de interesse direto deste trabalho, na medida em que as notícias e imagens veiculadas pelos jornais *A Tarde* e *O Correio* sobre a Chacina do Cabula aqui analisadas foram produzidas no contexto e na vigência histórica de uma política pública de segurança específica conhecida como Pacto pela Vida.

A segunda razão que justifica a escolha da Análise de Conteúdo para o desenvolvimento deste trabalho reside no fato de que requer que as descobertas e os achados de uma investigação tenham relevância teórica. Uma informação puramente descritiva não relacionada a outros atributos ou às características do emissor é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado, no mínimo a outro dado (FRANCO, 2008, p. 16). Neste sentido, a Análise do Conteúdo de uma notícia e a inferência que dela se faz deve estar vinculada a alguma teoria ou abordagem teórica. Desse modo, considera-se aqui que a Chacina do Cabula e as notícias sobre ela produzidas estão inseridas no debate teórico da política de guerra às drogas, e em conexão direta com o modelo de segurança pública vigente à época do evento. Chacinas não estão descoladas de contextualização política, social e econômica. Não são eventos espontâneos, naturais, mas produzidos socialmente. E o que está por trás não somente da Chacina do Cabula, mas de tantas outras ocorridas no país, é uma concepção de segurança pública associada a um modelo arcaico de polícia, ambos, orientados pela política internacional de guerra às drogas que pune, sobretudo, o povo negro e jovem do país. Esta é a contextualização a partir da qual trabalhamos nesta dissertação.

A terceira razão recai sobre a escolha ou seleção das unidades de análise que orientam as questões de pesquisa serem respondidas. Para Bardin (1977, p. 104) as unidades de análise ou de registro podem ser de natureza e de dimensões muito variáveis. Os recortes realizados pelos pesquisadores podem recair sobre o tema, a palavra ou a frase. Existem variadas escolhas nos recortes a serem utilizados em função dos objetivos da pesquisa e as teorias que dão suporte à análise pretendida. No caso desta dissertação, optou-se pela escolha da análise por temas posto que, como afirma Bardin (1977, p. 105), fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico - escolhido. Nesta perspectiva, as unidades de análise eleitas para o procedimento realizado foram as seguintes, a saber: Auto de Resistência, Pacto pela Vida, Voz da Comunidade (fontes), Tráfico de Drogas, Política de Segurança Pública e Imagens. A escolha desses temas é consistente, como demonstraremos adiante, com os objetivos do estudo e com o aporte teórico adotado ao longo das análises.

Desse modo, a presente dissertação divide-se em quatro capítulos além desta introdução. No primeiro, analisa-se a relação entre mídia e segurança pública enfatizando o papel dos meios de comunicação no jogo no campo da segurança pública. No segundo capítulo, contextualiza-se o bairro do Cabula e faço referência a sua constituição e herança quilombola. No terceiro capítulo, debate-se sobre a política de guerra às drogas e suas consequências para o genocídio do povo negro do país, bem como a política de segurança pública vigente no estado da Bahia à época da chacina, com destaque para o Programa Pacto pela Vida. No quarto capítulo, são apresentados os passos metodológicos da pesquisa, com ênfase nas técnicas da Análise de Conteúdo e no desenho da pesquisa que elaboramos a partir dos objetivos propostos. No quinto capítulo, discute-se o *corpus* da pesquisa e as análises das notícias dos jornais *A Tarde* e *O Correio* sobre a Chacina do Cabula. Finalmente, são apresentadas as considerações finais da dissertação.

1. MÍDIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Para Thompson (1998), nos trabalhos dos teóricos sociais que trataram do surgimento das sociedades modernas, há uma quase total ausência de preocupação com a mídia; com raras exceções, os pensadores sociais clássicos não atribuíam um papel significativo ao desenvolvimento dos meios de comunicação (p. 13). Em virtude dessa lacuna, o autor busca construir uma teoria social da mídia posto que, na contemporaneidade, o impacto social do desenvolvimento das novas redes de comunicação e do fluxo de informação implica a criação de novas formas de ação e de interação no mundo social, novos tipos de relações sociais e novas maneiras de relacionamento do indivíduo com os outros e consigo mesmo. Assim, na busca de uma teoria social da mídia, o autor reconhece que o poder cultural ou simbólico, que nasce nas atividades de produção, transmissão e recepção dos significados e formas simbólicas é um tipo de poder proeminente na vida social. As atividades simbólicas são características fundamentais da vida social, em igualdade de condições com a atividade produtiva, a coordenação dos indivíduos e a atividade coercível (p. 24). Nesta perspectiva, se a atividade simbólica é uma característica penetrante da vida social moderna, há, entretanto, —uma variedade de instituições que assumem um papel particular historicamente importante na acumulação dos meios de informação e de comunicação. Estas são as instituições religiosas, as escolas, as universidades e as instituições da mídia (p. 24).

Ainda de acordo com Thompson (1998), o poder simbólico exercido pela mídia é capaz de intervir no curso dos acontecimentos de uma sociedade com consequências as mais diversas. As ações simbólicas promovidas pela mídia podem provocar reações, liderar respostas de determinado teor, sugerir caminhos e decisões, induzir a crer e a descrer, apoiar os negócios do estado ou sublevar as massas em revolta coletiva (p. 24). Sem a mídia não há meios de adquirir ou exercer poder (CASTELLS, 2000, p. 367). Neste aspecto, a mídia representa uma forma de poder capaz de:

Influir na formação das agendas públicas e governamentais; intermediar relações sociais entre grupos distintos (Capelato, 1988); influenciar a opinião de inúmeras pessoas sobre temas específicos; participar das contendas políticas, em sentido lato (defesa ou veto de uma causa, por exemplo) e estrito (apoio a governos, partidos ou candidatos); e atuar como aparelhos ideológicos capazes de organizar interesses. Quanto a esses, em determinadas circunstâncias atuam a guisa de partidos políticos ou intelectuais coletivos e orgânicos de grupos específicos (Coutinho, 1994). Esses papéis são ocultados sob o lema do dever da informação, que seria neutra, independente, apartidária e a ideológica, características invariavelmente alegadas pelos órgãos da mídia ao retratar, de forma cabotina, sua atuação (FONSECA, 2011, p. 42).

Dessa maneira, a centralidade da mídia e seus órgãos (jornais, revistas, emissoras de rádio, canais de televisão, etc.) nas sociedades contemporâneas impõe que participe da esfera pública como prestadora de serviços com a responsabilidade de informar as pessoas, além de fiscalizar as ações do Estado, exercendo assim a forma mais bem acabada de controle social: em relação ao dinheiro público, às ações públicas, numa palavra, aos negócios públicos (FONSECA, 2011, pg. 2). No entanto, ocorre que grande parte dos órgãos da mídia são empresas privadas cujo objetivo é o lucro e a defesa de seus interesses privados, tendo muitas vezes o Estado como principal cliente. Daí, portanto, ser possível pensar que em muitos casos, sobretudo de jornais e canais de grande audiência e público e que recebem fatias consideráveis de verbas publicitárias estatais, os veículos de comunicação estão sob a direção ou o controle do Estado. Trata-se de uma questão delicada e de interesse direto desta dissertação. Neste sentido, para se entender as relações complexas entre Estado e mídia é preciso compreender as mudanças estruturais da esfera pública ocorridas ao longo do século XIX.

A este respeito, é preciso compreender inicialmente que, desde as suas origens, o jornalismo surge como forma de afirmação e de imposição de ideias da burguesia em ascensão. A transmissão de notícias ligava-se especificamente à troca de informação sobre mercadorias, sobre o movimento de bolsas, chegada de navios e dados sobre a atividade econômica em geral (Cf. MARCONDES FILHO, 1984, p. 15). Os jornais são importantes no momento em que os capitalistas precisam transformar a esfera pública para garantirem as mudanças sociais e ideológicas que a ordem burguesa impõe. Para Habermas (1984, p. 213) a refuncionalização do princípio da esfera pública baseia-se numa reestruturação dela enquanto esfera enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa. Ainda de acordo com Habermas (1984, p. 217):

A partir do momento em que os interesses econômicos privados passam a ter maior peso o jornal acaba entrando numa situação em que ele evolui para um empreendimento capitalista, caindo no campo de interesses estranho à empresa jornalística e que procuram influenciá-la. A história dos grandes jornais na segunda metade do século XIX demonstra que a própria imprensa se torna manipulável à medida que ela se comercializa. Desde que a venda da parte redacional está em correlação com a venda da parte dos anúncios, a imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas – ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública.

Nesse processo, a imprensa torna-se o órgão por excelência não somente da formação, mas da divulgação da opinião pública, que por sua vez age como força política da sociedade civil pressionando os governos de acordo com os seus interesses e anseios. Como arena de

debate público, a esfera pública possibilita o debate público sobre os assuntos de interesse geral onde podem ser discutidas e formadas as diversas opiniões, o que é vital para a efetiva participação democrática e, portanto, para a democracia. Contudo, o desenvolvimento inicial prometido da esfera pública não se concretizou completamente, posto que o debate público entre indivíduos iguais foi sufocado pelo desenvolvimento da indústria cultural, da mídia e do entretenimento de massa. Além da manipulação no parlamento a política é também manipulada pela mídia de massa. Para Giddens e Sutton (2017)¹,

[...]conforme se torna cada vez mais comercializada, a mídia global invade a esfera pública da forma descrita por Habermas. A mídia comercializada fica refém do **poder** da renda de publicidade e forçada a favorecer conteúdos que assegurem elevados índices e vendas. Como resultado, o entretenimento necessariamente triunfará sobre a polêmica e o debate, enfraquecendo a participação do cidadão nas questões públicas e atrofiando a esfera pública.

Nesta perspectiva, diante de escândalos ou de mal-estares sociais (CHAMPAGNE, 1998), em que os governos e os políticos que os representam ficam expostos publicamente diante de seus eleitores, e as chacinas enquadram-se nesses casos, a mídia e os seus órgãos terminam por assumir posição favorável aos interesses dos seus anunciantes, no caso específico em questão, do Estado ou dos governos cujas verbas de propaganda invariavelmente são vultosas. Mas como isso é feito? Nas palavras de Champagne (1998, p. 256), as mensagens da mídia de grande difusão servem tanto mais de anteparo, pois têm a seu favor a força da evidência na medida em que se assemelha muito com o senso comum. Ainda conforme o autor,

A mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social que, mesmo quando está muito afastada da realidade, perdura apesar dos desmentidos ou das retificações posteriores porque ela nada mais faz, na maioria das vezes, que reforçar as interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejulgamentos e tende, por isso, a redobrá-los (CHAMPAGNE, 1998, p. 64).

Neste sentido, a mídia impõe sua própria construção dos fatos e dos problemas sociais apoia em larga medida, na construção dos fatos mais espetaculares e também, muitas vezes, mais superficiais; pelas palavras que acaba impondo (CHAMPAGNE, 1998, p. 255). No caso da Chacina do Cabula, como veremos, a primeira notícia do jornal *A Tarde* sobre o evento tinha como chapéu a palavra “confronto”. E o jornal *O Correio* estampava na capa a frase — “PM ataca ladrões de banco no Cabula”. Estas foram as primeiras versões dos fatos publicadas no

¹ <http://editoraunesp.com.br/blog/confira-o-conceito-de-esfera-publica-de-acordo-com-giddens-e-sutton>
Acessado em 12 de outubro de 2017.

dia 07 de fevereiro de 2015, um dia após o massacre. Além disso, registra-se a quase que completa ausência de análise crítica sobre os fatos, exceção feita ao breve artigo da Profa. Malu Fontes, em *O Correio*, cujo conteúdo deixou a desejar na medida em que não faz a crítica aos atos de resistência.

Chacinas como a do Cabula são escândalos que colocam em evidência o Estado e os políticos. E escândalos são normalmente acompanhados por medidas defensivas destinadas a limitar os prejuízos que poderiam ser causados por revelações incontroladas de informação delicada ou conduta privada (THOMPSON, 1998, p. 129). Para o autor, escândalo é termo comum utilizado desde o século XVI. Seu uso original tinha conotação religiosa relativa a ofensas às sensibilidades religiosas. Com o tempo, o termo foi adquirindo conotação mais genérica e um sentimento de indignação ou ultraje moral. Comportamento escandaloso era aquele que produzia desgraça ou ofendia o sentido da decência. O termo conserva ainda hoje esta conotação, mas o que mudou foram as condições sob as quais se dão as atividades escandalosas.

"Escândalos podem ocorrer em muitas esferas da vida; mas os escândalos que surgem na esfera política, e que hoje têm grande repercussão, são geralmente aqueles ligados a falhas na administração da visibilidade através da mídia. Escândalo é um risco profissional da política na era da visibilidade mediada (THOMPSON, 1998, p. 129-130).

Atualmente, os escândalos que mais recebem atenção da mídia são aqueles em que ocorre o entrelaçamento entre o público e o privado. De acordo com Thompson (1998, p. 130), esses escândalos surgem quando atividades até então mantidas em segredo ou escondidas, e que só deveriam continuar em tais condições, são repentinamente reveladas e publicadas através da mídia. Como diz Thompson (1998, p. 130):

O segredo da atividade é essencial para sua existência: se os indivíduos responsáveis por ela tivessem revelado suas intenções, certamente não teriam podido continuar a executar o planejado. Além disso, a revelação pública, normalmente através da mídia, de uma até então secreta ou dissimulada atividade é constitutiva do seu caráter de escândalo. Esta revelação torna visível uma atividade que não poderia ter sido conduzida abertamente e que, ao se tornar visível, provoca o tipo de indignação pública que constitui o escândalo.

E aqui reside um aspecto importante para os propósitos desta dissertação, que expõe as relações entre mídia e segurança pública, o fato de que a Chacina do Cabula torna público o *modus operandi* da Polícia Militar da Bahia por intermédio da RONDESP, o que coloca a

política de segurança pública vigente à época em xeque. Neste sentido, aqui cabe perguntar qual é o papel da mídia no campo da segurança pública?

Não obstante a relevância da mídia no sentido de contribuir com a informação, com a transparência e a visibilidade requeridas na vigência democrática (PORTO, 2009, p. 226), a mídia fortalecer uma visão retrógada de políticas de segurança pública. Analiticamente, pode-se afirmar que existem dois modelos de política de segurança pública em disputa no país desde o retorno da democracia. De um lado, está a concepção reativa de segurança pública concebida como missão institucional exclusiva das organizações policiais. O papel da polícia é combater criminosos, agora convertidos em inimigos internos. A política de segurança é pensada e formulada como estratégia de guerra: e, na guerra, medidas excepcionais se justificam. Instaura-se, então, uma política de segurança de emergência e um direito penal do inimigo. O inimigo interno anterior – o comunista – é substituído pelo traficante, como elemento de justificação do recrudescimento das estratégias bélicas de controle social. Esse modelo é reminescente do regime militar, e, há décadas, tem sido naturalizado como o único à disposição dos governos, não obstante sua incompatibilidade com a ordem constitucional brasileira (Cf. SOUZA NETO, 2000).

Do outro lado, localiza-se a concepção de segurança pública focalizada na ideia de que se trata de um bem público destinado ao cidadão e a ser provido pelo Estado. Aqui não há inimigo a combater, mas cidadão a servir: A polícia democrática não discrimina, não faz distinções arbitrárias: trata os barracos nas favelas como domicílios invioláveis; respeita os direitos individuais, independentemente de classe, etnia e orientação sexual; não só se atém aos limites inerentes ao Estado democrático de direito, como entende que seu principal papel é promovê-lo. A concepção democrática estimula a participação popular na gestão da segurança pública; valoriza arranjos participativos e incrementa a transparência das instituições policiais. Para ela, a função da atividade policial é gerar coesão social, não pronunciar antagonismos; é propiciar um contexto adequado à cooperação entre cidadãos livres e iguais. O combate militar é substituído pela prevenção, pela integração com políticas sociais, por medidas administrativas de redução dos riscos e pela ênfase na investigação criminal (SOUZA NETO, 2000).

Desse modo, unindo o que argumentamos acima sobre o enfraquecimento da participação do cidadão nas questões públicas e a atrofia da esfera pública; a ausência de debate crítico sobre políticas de segurança pública contribui para que a mídia reproduza uma visão de senso comum sobre a questão e, com isso, fortalece políticas retrógadas de segurança pública, mesmo quando envelopadas por uma narrativa democrática como o Programa Pacto pela Vida do Governo do Estado da Bahia à época da Chacina do Cabula. Dessa maneira, a partir de um

ponto de vista teórico pretende-se demonstrar empiricamente que a cobertura de ambos os jornais em tela sobre a Chacina do Cabula ficou chapada no senso comum; e com isso foram favorecidas as autoridades do governo do Estado e a sua política de segurança representada pelo Programa Pacto Pela Vida, ao não questioná-la em nenhum momento, sobretudo, quando se deixou ileso de críticas o instituto dos autos de resistência.

A cidade de Salvador do início do século XIX apresenta forte expressão da resistência negra. O interesse pelo espaço é resultado da conjuntura econômica, que estava em acelerado desenvolvimento. Em meio a esse processo, o bairro do Cabula recebeu um contingente de homens escravizados advindos de diversos territórios. Assim, o espaço passa a ser ocupado por povos marginalizados e oprimidos. De acordo com Ana Maria Costa (1989), é possível identificar nesse espaço a presença de quilombos e terreiros onde se praticava candomblé, reunindo essas duas práticas de forte resistência no território brasileiro.

A presença do candomblé foi encontrada em diversos registros pertencentes ao bairro. De acordo com dados encontrados por Costa, foi identificada a presença do candomblé em um terreiro no Cabula, a partir de um documento policial datado de 1826 e também o registro de uma Festa de culto africano no quilombo do Cabula, em 1807.

O termo “Cabula” carrega a vivência e força cultural, de acordo com Costa (1989), pois tem origem na palavra quicongo, que representa um nome próprio feminino, a Kabula, que se refere à nomenclatura de ritmo religioso. Outro autor que discute a expressão Cabula é Nina Rodrigues, que a identifica como ritual de origem congo-angola. Conforme, o autor esse rito teria forte relação com as antigas macumbas do Sudeste. Apesar de todos os mecanismos promovidos pelo Estado a fim de exterminar ou proibir as atividades oriundas de práticas afrodescendentes, os ritos ainda existem nos diversos candomblés de angola da localidade do Cabula.

A terminologia Cabula sugere que os primeiros povos africanos a se estabelecerem no local foram de origem banto. De acordo com estudos etnográficos, esses povos africanos, vindos principalmente do Congo e Angola, foram os primeiros cativos estrangeiros adotados como mão de obra na Bahia. Para Maria Inês Côrtes de Oliveira (1997) esses primeiros cativos eram denominados de gentios da Guiné ou negros da Guiné. Termo utilizado para designar os escravizados que, durante a segunda metade do século XVI, eram importados da Costa Ocidental africana, da Gâmbia ao Congo, como reflexo da ocupação dos portugueses sobre o território de Angola, potencializando o tráfico e ocasionando a vinda de negros para o Brasil. Destarte, Angola passa a ser a principal fornecedora de negros para a América portuguesa e espanhola. São esses negros bantos que passam a ocupar discretamente a área do Cabula e, no decorrer dos séculos seguintes, chegam outros de etnia Ioruba que, ao denotarem resistência ao sistema escravagista, também buscaram refúgio em áreas distanciadas do núcleo urbano da cidade. Ao encontrar abrigo nas matas densas da localidade, esses homens construíram seus arraiais, com constantes momentos de cultos consagrados prioritariamente às divindades de matriz africana, com seus batuques, danças, objetos sagrados e alimentos que, possivelmente também contou com a contribuição de elementos da crença indígena. Isso significa dizer que o Cabula historicamente representou um território de resistência negra, mas, sobretudo, expressou a diversidade étnica, religiosa, social, geográfica, dentre outras, de acordo com a realidade contextual de Salvador. (Mota, Flavio Oliveira, 2016).

As suposições de que no período colonial, o Cabula tivesse pertencido a família nobre, não permite concluir que o bairro tivesse sido ocupado pela nobreza, pois o intenso fluxo de negros nessa região demonstra que não houve administração e fiscalização à distância capaz de acompanhar o uso do espaços pelos ocupantes, favorecendo assim a ocupação por pequenos agricultores e negros libertos.

O método “ilegal” de apropriação da terra culminou em incessantes expropriações por parte do Governo local desde então, ocorreu uma série de lutas em prol do espaço, já constituído de valores identitários a fim de assegurar permanência no espaço. Dessa forma, os interesses dos proprietários divergia dos quilombos. Uma série de discussões permeiam esse debate, uma delas corresponde à noção de identidade social, que está relacionada com o conceito de lugar, sua ancestralidade, apropriação do espaço, suas crenças e hábitos e no agir coletivo. Nas palavras de Almeida(2002, p4)

É visto que a identidade quilombola apresenta-se estreitamente vinculada às formas como esses grupos relacionam-se com seu território, assim como com sua ancestralidade, tradições e práticas culturais, numa relação em que território e identidade seriam indissociáveis. A presença de uma territorialidade específica desses grupos relaciona-se à ocupação da terra baseada no uso comum e vem sendo construída em face de trajetórias de afirmação étnica e política.

O território, nesse sentido, decorre dos procedimentos de territorialidade de um grupo social, que envolvem, ao mesmo tempo, suas formas de dominação político-econômica e suas apropriações mais subjetivas e/ou simbólico-culturais (Haesbaert, 2004. p.67).

Ao pensar sobre o processo de expropriação, é necessário refletir sobre a ideologia do Estado-nação, imposta por um pensamento radical que implica uma unidade sociocultural e territorial, não priorizando aspectos peculiares que envolvem a formação desses grupos. Um conceito que necessita ser discutido com mais profundidade é o de desterritorialização, que hoje perde força para o um processo de (re)territorialização, que implica em um fenômeno complexo conhecido como multiterritorialidade que compreende o agrupamento e partilhamento de troca entre as diferentes famílias. Para Haesbaert (1994; 2004), ao invés de um processo de desterritorialização assiste-se, contemporaneamente, a um processo de (re)territorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo, envolvendo os mais variados grupos sociais numa igualmente complexa multiterritorialidade.

O processo de ocupação dos negros nesses espaços foi sempre árduo, se tratando da questão do acesso a terra. Percebemos ainda que não foi colocado um fim aos conflitos que envolvem interesses do Estado e grupos de interesses mobiliários. É nesse sentido que as

experiências diárias revelam os conflitos imbricados nesses grupos, tornando compreensíveis as transformações e a dinâmica atual da sociedade urbana.

De acordo com Mota (2016), o Cabula é marcado por quatro momentos históricos, em resumo, estes podem se diferenciar da seguinte forma: o primeiro deles corresponde ao período colonial, quando o espaço foi ocupado pelos quilombos⁴.

Para Santos (2009) a esses povos eram negados os direitos básicos de cidadão onde o Império e governos posteriores não lhes forneceram nenhum benefício, sobretudo o acesso a terra. Mesmo a escravidão tornando-se uma prática usual ao longo de todo esse processo, havia diversas estratégias de resistência contra este sistema. O conflito direto, as fugas e a formação de quilombos eram as mais significativas formas de resistência.

De acordo com Santos, inicialmente os negros ocuparam na cidade os cortiços ou se tornaram quilombolas, estes espaços somente foram destruídos, por uma expedição militar, no começo do século XIX. Já os homens negros livres eram excluídos do acesso a terra, em virtude de serem garantidos como mão-de-obra reserva e utilizados para o trabalho intensivo conforme Campos (2012, p. 42) *apud* Cunha (1985). De acordo com Gouveia, nesse período foi originado o nome do bairro de Cabula. A segunda fase foi marcada pela produção de laranjas no período correspondente ao século XIX e XX, em seguida essa produção foi destruída com o intuito de construir os conjuntos habitacionais, caracterizando a terceira fase, em que os interesses do Estado e a especulação imobiliária foram predominantes. Para Andrade(2009,p. 110),

a periferação de Salvador foi então o resultado de um arranjo entre o poder público (através da implantação de conjuntos habitacionais) e uma lógica popular, visto que, a população mais pobre criou alternativas para atender sua necessidade por falta de moradia. Isto se observa, com a proliferação dos bairros populares na década de 1970 através das chamadas invasões por outro lado, em detrimento da ausência de espaços na cidade resultou uma forte verticalização, devido a crescente especulação imobiliária em torno dos espaços nobres e da atuação das construtoras, que passaram a atuar significativamente na configuração urbana de Salvador e também no Cabula.

O quarto momento, foi marcado pelos aumentos dos espaços afrodescendentes (EA), e o desenvolvimento de uma política governamental, voltada para fins turísticos. Apesar dos avanços relacionados à afirmação da cultura local, foram identificadas dificuldades com relação situação legal dos terrenos, apropriação e alteração dos terrenos por invasão ou pressão

⁴ De acordo com Munanga (1995/1996, p. 57) O quilombo é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (kilombo, aporuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra.), que resistiram frente ao governo colonial.

imobiliária eram contínuas nesses espaços, sobretudo no que diz respeito à burocracia que tange ao processo de formalização da terra.

O fato do Cabula não apenas ter sido marcado pela ocupação quilombola, mas, sobretudo, por se caracterizar numa das áreas do município de Salvador que mais vem sofrendo transformações pela intervenção imobiliária com a construção de novos empreendimentos, faz com que, o tema desperte grande relevância para a pesquisa acadêmica. Os elementos identitários das comunidades tradicionais em áreas urbanas são sem dúvida um dos importantes temas em discussão na atualidade, sobretudo no espaço do Cabula que nos revela a existência de vários espaços afrodescendentes. (OLIVEIRA,2016, 32).

Após inúmeras revoltas protagonizadas pelos grupos quilombolas, o que resultou em forte repressão do Governo geral, a fim de destruir os quilombos existentes por meio da força, os grupos dominantes, historicamente, produziram a “estigmatização do espaço”. Identificando esses grupos como perigos por representar o diferente. A cor continua a ser um dos elementos fundamentais, mas a favela esconde parte dessa diferença étnica. Nesse sentido a favela emerge como uma transmutação do espaço quilombola, carregando em si o estigma da classe perigosa, sendo percebidos como grupos pobres de indivíduos que beiram a marginalidade sendo alvo de ações policiais.

Conforme aponta Vasconcelos (2002) —em 1827 ocorreu uma revolta dos escravos no Cabula e em Armação, termos de Salvador, com saldo de 8 mortos em 11 e 12 de março. Estas revoltas configuravam-se como resistência ao poder de exploração dos senhores e do Governo do Estado. Em 1828 ocorreu nova revolta de escravos em Itapuã resultando no incêndio das instalações pesqueiras de Francisco I, Herculano e Manuel I. Os rebeldes, em torno de 100, foram derrotados na Engomadeira, no centro da península, perdendo 20 homens em combate (Reis, 1976, p.78-9)

Ao pesquisar o fenômeno estudado nada é mais tocante do que o contato real com o cenário. Não estou falando aqui da proximidade com relação à Mídia, que me proporcionou de imediato ter o conhecimento dos supostos fatos, nem da audiência pública sobre o caso que acompanhei, mas sim a oportunidade de conhecer de perto, sem o risco das representações ligeiras o bairro do Cabula, onde em certa medida foi possível identificar através dos discursos as percepções imediatas reproduzidas pela mídia sobre o caso consumado. As primeiras impressões ao identificar que a Vila fica de frente a uma das avenidas principais do Cabula, onde se observa um grande fluxo comercial, muitos estabelecimentos beirando os passeios, fluxo constante de pessoas e transportes públicos. Ao olhar ligeiramente em direção a Vila, onde vários civis foram mortos, observei várias escadas e ladeiras, ao distanciar o olhar verifiquei um campo repleto de árvores, que se aproxima de uma floresta cercada por casas.

Presenciei adultos indo trabalhar, não presenciei crianças e sim jovens por trás do portão fechado com grades. Ao me aproximar de alguns moradores percebi que a violência policial ali tinha deixado marcas, as pessoas receosas e desconfiadas, mal abriam a porta de suas casas, as que tinham grades falavam por detrás, mencionei sobre o acontecimento, sem relatar o qual estava me referindo e as pessoas logo associavam a Chacina, e se via nos rostos um certo desconforto com a tragédia e a lembrança das frequentes visitas de policiais e de jornalistas ao local. Apesar da não opção pela observação participante, o contato com o bairro mesmo de forma ligeira foi uma experiência que acrescentou, pois fez-se compreender como tragédias como esta afeta as pessoas que estão diretamente ligadas ao bairro.

3. A POLÍTICA DE GUERRA ÀS DROGAS E O PROGRAMA PACTO PELA VIDA DA BAHIA

A expressão “guerra às drogas” é oriunda de uma declaração dada à imprensa pelo Presidente Richard Nixon em 11 de junho de 1971, quando afirmou que o abuso das drogas ilegais era “o inimigo público número um” dos EUA. Desde então, a expressão passou a nomear à política norte americana sobre drogas. Tal política tinha como objetivo um “mundo livre das drogas”, e para tanto era preciso erradicar o consumo e o tráfico. No dia anterior à declaração, Nixon havia enviado para o Congresso Americano uma mensagem especial sobre “prevenção e controle de abuso de drogas”. Essa mensagem foi acompanhada de uma solicitação para o governo gastar mais recursos federais para a “prevenção de novos viciados e a reabilitação daqueles que são viciados”. Desde então, estima-se que apenas os EUA gastam 51 bilhões de dólares anualmente na guerra contra as drogas.⁵

Nixon foi eleito presidente do EUA em novembro de 1968, ano marcado pelos protestos sociais e políticos de uma parcela da juventude norte americana, com repercussões em diversos outros países inclusive no Brasil. Na Universidade de Berkeley, Califórnia, nas ruas de Washington, Nova York, São Francisco, Los Angeles os estudantes protestavam, mas também os jovens negros das periferias, contra o conservadorismo na política interna, e as justificativas do governo para a sangrenta guerra travada no Vietnã; além dos assassinatos de duas figuras progressistas importantes, o prêmio Nobel e defensor dos direitos civis, Martin Luther King (4 de abril de 1968) e o candidato democrata à presidência dos EUA e irmão do falecido presidente John F. Kennedy, Robert F. Kennedy (05 de junho de 1968).

O movimento de 1968, também denominado contracultura lutava por mudanças nos padrões sociais vigentes à época. Uma década antes o movimento *beatnik* reivindicava um estilo de vida anti-materialista. De certo modo, a cultura hippie dos anos 1960 emerge como desdobramento do movimento *beatnik*. Essa foi uma época de protestos e engajamento de milhares de jovens norte-americanos, que provocaram profundas mudanças nas convenções sociais; mas também foi um período de disseminação do consumo de drogas como a maconha, haxixe, LSD, Mescalina (Peiote), Ayahuasca, visando à "liberação da mente", seguindo as ideias dos *beatniks* e de Timothy Leary, um psicólogo professor da Universidade Harvard proponente dos benefícios terapêuticos e espirituais do LSD. Uma quantidade expressiva de jovens hippies era oriunda das forças armadas americanas e, como soldados, tiveram contato com a cultura oriental, sobretudo, a indiana, antes de retornarem para os EUA.

⁵ Ver <http://www.drugpolicy.org/issues/drug-war-statistics>. Acessado em 21 de março de 2018.

Tais contatos inspiraram os hippies a adotarem postura contrária ao estilo de vida ocidental. “Os *hippies* defendem o amor livre e a não violência. O lema "Paz e Amor" sintetiza bem a postura política dos hippies, que constituíram um movimento por direitos civis, igualdade e antimilitarismo nos moldes da luta de Gandhi e Martin Luther King”⁶.

Desse modo, a “cultura jovem “tornava-se hegemônica, ainda mais fortalecida pelos ídolos do rock (Chuck Berry, Janis Joplin, Jimmy Hendrix, entre outros) que, por sua vez inspiravam-se na música dos negros norte-americanos. A luta pelos direitos civis colocava o povo negro na vanguarda dos movimentos de protestos reivindicando o seu espaço na sociedade americana e o fim da guerra genocida do Vietnã cujas vítimas eram os jovens negros das periferias das grandes cidades.

Em resumo, esse era o contexto político e social que desafiava o governo Nixon eleito em 1968 e reeleito em 1972. E o que fez Nixon? Nixon não inventou o proibicionismo cujas raízes estão na Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, sob a coordenação da ONU que implantou globalmente o paradigma proibicionista no seu formato atual (ESCOHOTADO, 1998; FIORE, 2002). Nixon apenas endureceu o jogo. Atacado por notícias de uso de drogas por soldados americanos no Vietnã, ao mesmo tempo em que “jovens maconheiros” e contestadores pediam paz e amor e o fim da guerra, a “política de guerra às drogas” foi inaugurada com pompa e circunstância.

Contudo, em 1994 o conselheiro e braço-direito de Nixon, John Ehrlichman, fez a seguinte declaração em uma entrevista ao jornalista Dan Baum da Revista Harper's:

"A campanha Nixon em 1968, e depois a administração Nixon na Casa Branca, tinham dois inimigos: a esquerda anti-guerra e a população negra. Compreende? Sabíamos que não podíamos ser contra a guerra ou o negro, mas ao associarmos os hippies com a marijuana e os negros com a heroína, e criminalizando-os duramente em seguida, poderíamos desfazer essas comunidades. Podíamos prender os seus líderes, fazer buscas às suas casas, interromper as suas reuniões e difamá-los todas as noites nos noticiários. Se sabíamos que estávamos a mentir sobre as drogas? Claro que sabíamos". (<https://www.esquerda.net/artigo/conselheiro-de-nixon-admitiu-mentira-da-guerra-drogas/41936>, acessado em 02 de abril de 2018).

Desde o anúncio da linha dura dos Estados Unidos, os americanos fecharam o cerco em suas cidades e jogaram sua máquina de guerra contra plantações de coca nos Andes. Também intervieram militarmente no Panamá (1989) com a desculpa do combate ao tráfico e drogas. Na esteira da política de guerras às drogas, em 1982 o Presidente Ronald Reagan declarou “guerra à maconha”. De acordo com Paixão (1999), estimava-se que em 1982, 20

⁶ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Hippie>. Acessado em 02 de abril de 2018.

milhões de americanos fumavam maconha e 5 milhões se dedicavam à cocaína, pelo menos uma vez por mês. O objetivo da “guerra à maconha” era a redução substancial do mercado de consumo de massa da maconha conjugando várias medidas:

Ampliação dos riscos a vendedores de droga (prisão, sentenciamento, apreensão de mercadorias, devassas fiscais); estímulos a camponeses bolivianos, colombianos, turcos, peruanos e tailandeses no sentido de substituição de plantações; aumento crescente do preço ao consumidor das drogas, “elitizando” o mercado. Simplificando, a “guerra à maconha” envolvia a manipulação de *riscos* e *preços* e, do ponto de vista da lógica retributiva, seu diagnóstico estratégico era impecável (PAIXÃO, 1999, p. 137).

Ainda seguindo livremente o autor, o FBI, o DEA (Departamento de Entorpecentes) e as organizações policiais e judiciárias receberam, entre 1982 e 1986, cerca de 1 bilhão e 200 milhões de dólares para realizar aquele objetivo, o que correspondia a um quarto do orçamento federal alocado para o setor de Justiça. Quais os resultados da “guerra à maconha”?

Em 1980, a estrutura de preços por quilo do mercado da maconha era, grosso modo, a seguinte: nas fazendas colombianas, pagava-se algo entre 7 e 18 dólares; o preço para os exportadores situava-se entre 90 e 180 dólares e, no varejo, entre 1.250 a 2.090 dólares. O “filé-mignon” do mercado situava-se no circuito da distribuição da droga no mercado interno (...) O crescimento dos riscos provocou alto dos preços da maconha ao consumidor – algo em torno de 35% em 1984 – mas estabilizou-se por aí (...) A intensificação da repressão ao tráfico (...) e a elevação do preço expulsaram do mercado os pequenos e médios traficantes. O efeito mais importante da guerra foi a oligopolização dos mercados de importação e distribuição da maconha. A enorme quantidade de prisões em nada afetou, em termos de custos econômicos ou legais, a estrutura do crime organizado (...) Mas a combinação de preços elevados e mercado estável representou estímulo poderoso de substituição de importações como estratégia empresarial de neutralização de riscos: a engenharia genética possibilitou a produção interna de maconha (responsável agora por mais de 11% do mercado) com teores mais elevados de THC (em relação ao produto natural). Um dos efeitos perversos da guerra é o aumento em torno de 20% do THC consumido hoje pelos maconheiros norte-americanos (...) A “guerra à maconha” foi uma gigantesca e perversa política pública de reserva de mercado (PAIXÃO, 1999, p. 139).

Após 47 anos de vigência da política de guerra às drogas o balanço crítico que se faz dela em todo o planeta é absolutamente negativo. Em todo o mundo o consumo de drogas só cresceu e o tráfico internacional bateu recordes. Conforme o Relatório Mundial sobre Drogas da ONU, cerca de 5% da população mundial já consumiu ou consome algum entorpecente (e o crescimento é estável). Isso explica os lucros vultosos do narcotráfico. O proibicionismo criou um monstro que hoje movimenta US\$ 400 bilhões por ano.⁷

⁷ <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-guerra-da-droga-e-da-mentira-1205.html>. Acessado em 02 de abril de 2018.

O lado mais perverso da política de guerra às drogas reside no encarceramento em massa ao redor do mundo e, sobretudo, no genocídio da juventude negra no caso específico do Brasil, e que a Chacina do Cabula é exemplar. Para Zaffaroni (2013), a política de guerra às drogas é irracional. O resultado final é a difusão da cocaína como jamais visto e, além disso, criou-se o uma droga genocida que o crack, um subproduto da cocaína a preço bem mais barato e que é consumido pela população mais empobrecida. Ademais, até os anos de 1980 os índices de prisonização americano eram semelhantes às correntes no mundo. No entanto, a partir dessa década os EUA são hoje, os campeões de prisonização, conforme tabela 1 abaixo. São mais de 2 milhões de presos, e mais da metade dos presos são afro-americanos.

Tabela 1 – OS 5 países com mais presos (2015)

País	Presos	Por 100.000 hab
EUA	2.145.100	666
China	1.649.804	118
Brasil	698.618	342
Rússia	646.085	448
Índia	419.623	33

Fonte: Infopen, Junho de 2016 / Ministério da Justiça e World Prison Brief.

No Brasil, a situação não é diferente. A partir do início da década de 2000 houve crescimento acentuado e constante da população carcerária, conforme pode ser visualizado no gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1 – Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2016



Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2005, dados do Infopen.

Na atualidade, o Brasil apresenta a terceira maior população carcerária do planeta, ultrapassando países com a Rússia, China e a Tailândia, com uma massa de população de presos que ultrapassa 700 mil pessoas conforme gráfico 1, acima. Contudo, não resta a menor dúvida de que este aumento está diretamente relacionado com a lei 11.343, de 23 de agosto de 2006, conhecida como “lei de drogas”, que disciplina no Brasil a proibicionista política de guerra às drogas (Cf. KARAN, 2017). No entanto, o artigo 28 da referida lei em seu § 2º abre espaço para a subjetividade dos agentes policiais (que faz a prisão e invariavelmente testemunha no Fórum) e o juiz do processo ao estabelecer que:

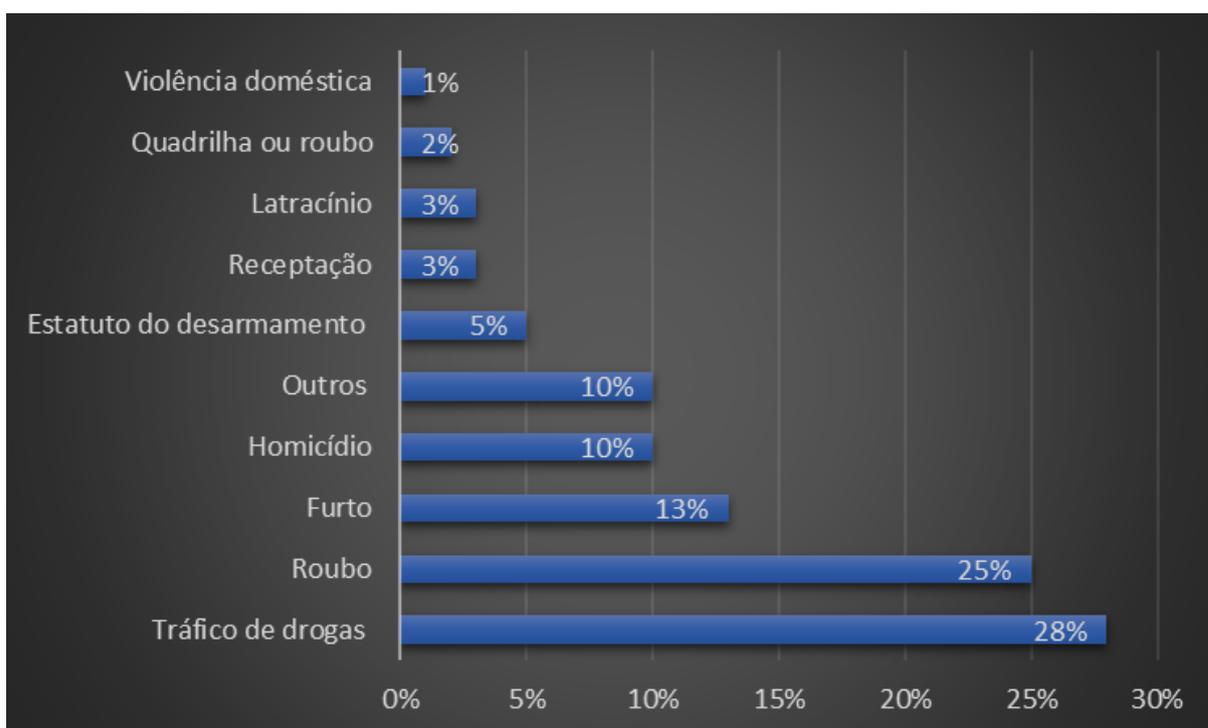
Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. (Art. 28, § 2º, da Lei 11.343/2006).

Ora, a resultante dessa lei foi o aumento do número de presos por envolvimento com drogas. No ano da promulgação da lei, 15% das pessoas que eram presas respondiam por crimes relacionados a drogas. Em 2014, esse número alcançou 28%, conforme gráfico 2, abaixo. As mulheres têm incidência maior de prisão por crimes ligados ao tráfico: 62%, contra 26% dos homens.⁸ De 2006 a 2016 houve crescimento de mais de 160% de presos por tráfico. Ressalte-

⁸ <https://exame.abril.com.br/brasil/populacao-carceraria-no-brasil-e-a-3a-maior-do-mundo-diz-estudo/>. Acessado em 02 de abril de 2018

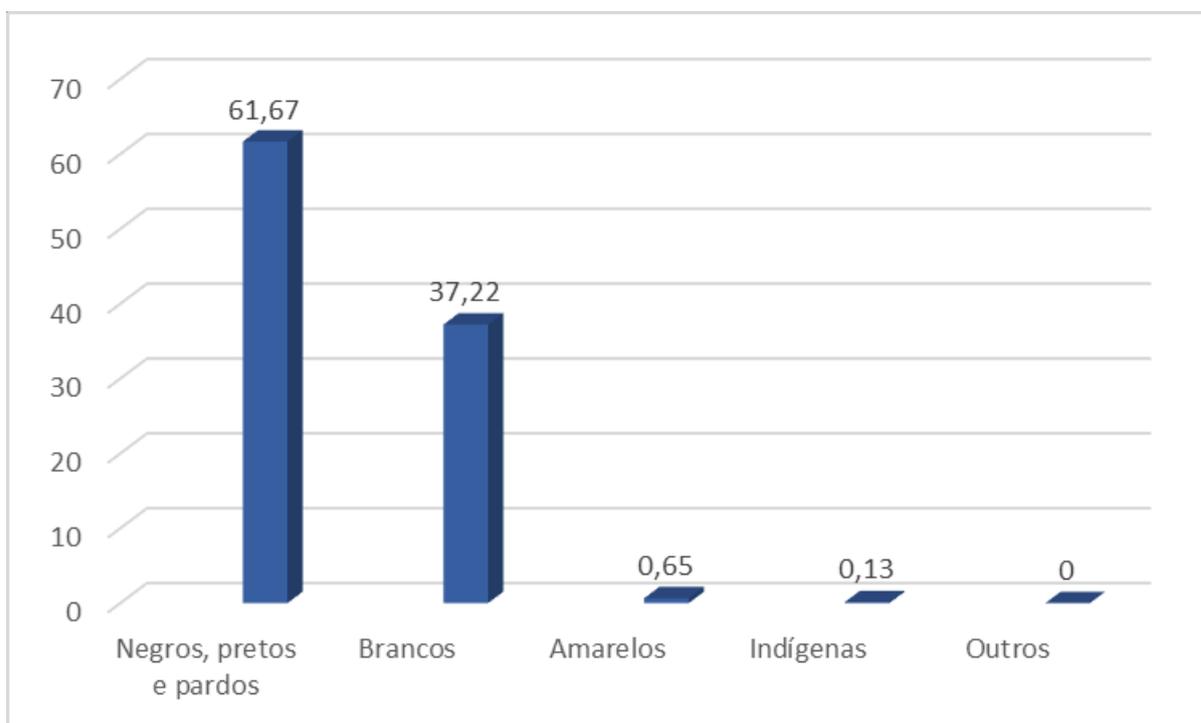
se ainda que em sua totalidade os presos por tráfico de drogas não praticaram homicídio, tentativa de homicídio, assalto a mão armada, ou seja, não praticaram crimes violentos. Foram presos e condenados única e exclusivamente por tráfico de drogas. Coincidência ou não, apenas um jovem assassinado na Chacina do Cabula tinha passagem pela polícia, por briga no carnaval de Salvador.

Gráfico 2 – Distribuição de sentenças de crimes tentados ou consumados de pessoas privadas de liberdade.



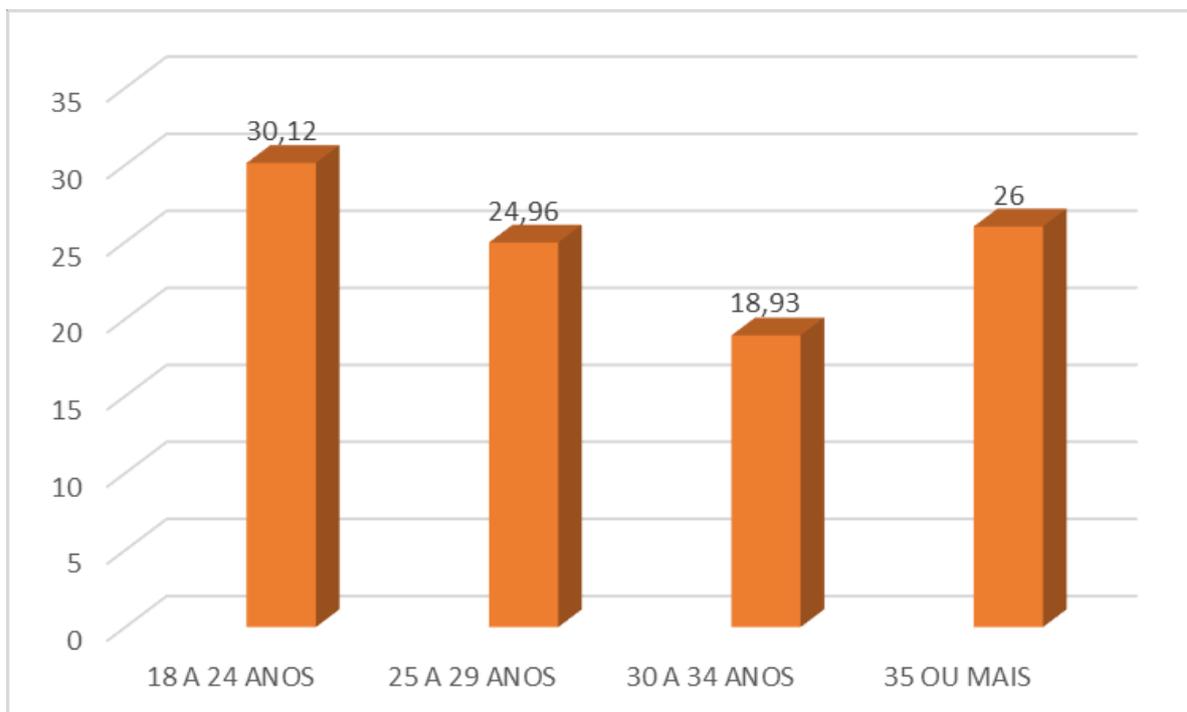
Fonte: Infopen, dezembro de 2014.

No caso de uma lei com tal grau de subjetividade não é de se admirar que o público alvo das prisões seja o povo negro das periferias das grandes cidades brasileiras, conforme demonstrado no gráfico 3, abaixo. Entre a população encarcerada do país, 61,67% são pretos e/ou pardos, e 37,22% são brancos, o que demonstra que o alvo da política de drogas são os negros conforme pode ser visualizado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Raça/cor da População Carcerária Brasileira

Fonte: Infopen, dezembro de 2014.

No gráfico 4, abaixo, fica demonstrado que a política de encarceramento em massa praticada no país após o advento da “lei de drogas”, permanece encarcerando pretos e jovens. Se somarmos os presos entre 18 e 29 anos temos que 55,08% da população carcerária brasileira têm menos ou até 29 anos de idade. Ou seja, estamos encarcerando pessoas que não cometeram crimes violentos e com idade apta à produção.

Gráfico 4 – Faixa Etária da População Carcerária Brasileira

Fonte: Infopen, dezembro de 2014.

Mas a política de encarceramento em massa, produto da política de guerra às drogas, não produz somente esses efeitos perversos. Ainda mais nefasto é o genocídio⁹ da população negra praticado em grande medida nas intervenções policiais como na Chacina do Cabula que, por sua vez, são protegidas pelo sistema penal brasileiro que fornece o alicerce de uma política genocida praticada pelo Estado brasileiro (Cf.FLAUZINA, 2006). Nesta perspectiva, a tabela 2 (abaixo) demonstra o genocídio praticado contra a população negra em comparação com a branca. Os números são eloquentes. Tomando somente o estado da Bahia para análise verifica-se em números absolutos que em 2014 ocorreram 3.999 assassinatos por arma de fogo de pessoas negras, enquanto foram assassinadas 289 pessoas brancas. Da mesma forma, a disparidade dos números se mantém quando se analisa a taxa de homicídio. A cada 100 mil pessoas assassinadas, 33,3 pessoas negras foram assassinadas em 2014, enquanto 9,5 pessoas brancas foram assassinadas. De acordo com Luis Mir, as intervenções policiais “seriam responsáveis por 20% do total de mortos que enterramos anualmente, e o resto seria saldo da

⁹ Por Genocídio entende-se a definição utilizada por NASCIMENTO (1978): Recusa do direito de existência a grupos humanos inteiros, pela exterminação de seus indivíduos, desintegração de suas instituições políticas, sociais, culturais, linguísticas e de seus sentimentos nacionais e religiosos.

violência banal e anônima da vida cotidiana” (MIR, 2004, apud FLAUZINA, 2006, p. 113). Considerando essa afirmação, uma regra de três simples demonstra que somente na Bahia em 2014, a polícia assassinou 799,8 pessoas negras. Um número para lá de assustador quando se trata de vidas humanas.

Tabela 2 – Taxa de Homicídio por Arma de Fogo. Total por Raça/Cor, 2003/2014.

Estado	Homicídio por Arma de Fogo				Taxa por 100 mil			
	Branca		Negra		Branca		Negra	
	2003	2014	2003	2014	2003	2014	2003	2014
Alagoas	47	60	473	1702	5,2	6,4	23,6	71,7
Bahia	114	289	1241	3999	3,8	9,5	12,0	33,3
Ceará	92	193	382	1956	3,5	7,2	7,5	31,7
Maranhão	50	150	275	1478	3,4	11,6	6,3	26,7
Paraíba	34	64	368	1075	2,5	4,5	16,8	43,4
Pernambuco	433	281	2967	2178	13,9	9,1	59,1	35,6
Piauí	17	26	120	369	2,5	3,3	5,4	15,3
Rio G. do Norte	67	166	202	1054	5,4	12,0	12,3	52,0
Sergipe	51	69	200	822	10,9	12,4	14,3	49,7
Nordeste	905	1.298	6.228	14.633	6,1	8,6	18,2	35,9
Brasil	13.224	9.766	20.291	29.813	14,5	10,5	24,9	27,4

Fonte: Mapa da Violência, 2016.

Embora ainda em vigência na maioria dos países do mundo por força da política externa americana, a política de guerra às drogas tem recebido muitas críticas e encontrado resistência em diversas sociedades que romperam com esse modo arcaico de lidar com o problema da droga. Entre elas estão o Uruguai, Portugal, Espanha, Holanda e alguns estados dos EUA. Além disso, tem crescido o número de militantes e associações que reivindicam rompimento com a política de guerra às drogas e propõem uma postura mais avançada e libertária frente à questão. A Marcha da Maconha, por exemplo, ocorre mundialmente no primeiro final de semana do mês de maio. O evento teve início em 1998 em Nova York e atualmente mais de 485 cidades participam desde então. No Brasil, a marcha ocorre desde 2002 no Rio de Janeiro, e em diversas capitais nos anos subsequentes. Foi proibida em 2011 em São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, mas ocorreu mesmo assim em Porto Alegre, Rio de Janeiro,

Recife, Vitória e Niterói, entre outras capitais. Em 15 de junho de 2011, entretanto, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por unanimidade, pela legitimidade da manifestação por meio da Arguição de descumprimento de preceito fundamental ADPF 187, entendendo que ela não faz apologia ao crime e considerando que sua proibição é uma ameaça à liberdade de expressão, garantida pela Constituição.¹⁰

Entre as instituições que surgiram com o fim específico de combater a política de guerra às drogas, está a Law Enforcement Against Prohibition (LEAP), ou Associação dos Agentes da Lei contra a Proibição (LEAP BRASIL),¹¹. Por seu caráter internacional e por agregar policiais, juízes, promotores, agentes penitenciários e demais integrantes do sistema penal; TEM um grande poder de penetração nas malhas do sistema de justiça penal brasileiro. E será por intermédio dos debates advindos da LEAP que faremos aqui a conexão com o Programa Pacto Pela Vida da Bahia. Neste sentido, para a LEAP a política proibicionista foi formatada por três convenções da ONU, a saber: a Convenção Única sobre entorpecentes de 1961, que revogou as convenções anteriores e foi revista através de um protocolo de 1972; o Convênio sobre substâncias psicotrópicas de 1971; e a Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de entorpecentes e substâncias psicotrópicas de 1988 (Convenção de Viena). A resultante final de tais convenções foi a seleção arbitrária da maconha, cocaína, haxixe, heroína, etc., como substâncias psicoativas ilícitas. E outras substâncias da mesma natureza como o álcool, o tabaco, a cafeína, etc., permaneceram lícitas. Para Karam (2017, P.2),

Não há qualquer peculiaridade ou qualquer diferença relevante entre as selecionadas drogas tornadas ilícitas e as demais drogas que permanecem lícitas. Todas são substâncias que provocam alterações no psiquismo, podendo gerar dependência e causar doenças físicas e mentais. Todas são potencialmente perigosas e viciantes. Todas são drogas.

Dessa maneira, a diferenciação arbitrária ente drogas lícitas e ilícitas determinada pelas Convenções da ONU, introduz outro tipo de diferenciação que diz respeito ao tratamento que o Estado fornece às condutas de produtores, comerciantes e consumidores de drogas lícitas e ilícitas. Os produtores, comerciantes e consumidores de drogas ilícitas são etiquetados e tratados como criminosos, ao passo que produtores, comerciantes e consumidores de drogas lícitas são pessoas ditas respeitáveis, agindo em plena legalidade. No entanto, “esse tratamento

¹⁰ https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_da_Maconha. Acessado em 02 de abril de 2018.

¹¹ <http://www.leapbrasil.com.br/>. Acessado em 03 de abril de 2018.

diferenciado a condutas essencialmente iguais é inteiramente incompatível com o princípio da isonomia, que determina que todos são iguais perante a lei, não se podendo tratar desigualmente pessoas em igual situação” (KARAM, 2017, p. 02).

Ademais, o tratamento diferenciado imposto pelo Estado considera que leis penais são incapazes de revogar as leis naturais da economia de mercado. Onde houver demanda, sempre haverá oferta. Assim, a repressão mostra-se incapaz de acabar com o tráfico e o consumo, pois sempre há e haverá pessoas que querem usar tais substâncias ilícitas e, portanto, sempre haverá pessoas dispostas a correr o risco de produzir e vender. Neste mercado, aqueles que são mortos (traficantes, empregados, distribuidores, gerentes, fogueteiros, mulas, etc.) são rapidamente substituídos por pessoas igualmente sedentas de acumular capital ou por necessidade de trabalho. Desse modo, a política de guerra às drogas impulsiona a emergência de facções, gangues, carteis, máfias e milícias dispostas a agir na ilegalidade e conduzir o rendoso negócio das drogas. Neste sentido, conforme afirma Karam (2017):

A ‘guerra às drogas’ não é propriamente uma guerra contra drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Como quaisquer outras guerras, é sim uma guerra contra pessoas – os produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Mas, não exatamente todos eles. Os alvos preferenciais da ‘guerra às drogas’ são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores das substâncias proibidas. Os ‘inimigos’ nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os não brancos, os desprovidos de poder.

3.1 O Programa Pacto Pela Vida da Bahia

Por intermédio da Lei 12.357 de 26 de setembro de 2011, foi criado o Sistema de Defesa Social (SDS/BA), que institui o programa Pacto pela Vida do Estado da Bahia. A partir daí o PPV tornou-se oficialmente a política pública de segurança do Estado da Bahia. Sua inspiração inicial recaiu sobre a experiência exitosa em Pernambuco, angariou o nome. Na Bahia, o programa foi criado devido a uma crise na área de segurança pública referente ao ano de 2010, quando o índice de homicídios correspondia a 34,4 por 100 mil habitantes, variação superior à média nacional que, no mesmo período, oscilou de 28,5/100 mil para 29/100 mil homicídios por ano, situando a Bahia na quarta posição, atrás do Pará (34,6), Espírito Santo (39,4) e Alagoas (55,3).

Partindo do desenho institucional do programa em seu nascimento, observou-se que estava em consonância com as mais modernas experiências de políticas de segurança em vigência no mundo como, por exemplo, o modelo COMPSTAT da polícia de Nova York,

responsável pela redução da criminalidade violenta que atingiu aquela cidade na década de 1980 e início dos anos de 1990; além disso, respaldava-se na experiência exitosa de Pernambuco. Nesse sentido o programa prevê ações integradas entre sociedade, poderes legislativos, executivos e judiciários, nas três esferas, federal, estadual e municipal. A liderança do Pacto é feita diretamente pelo Governador, que dirige esforços de treze Secretarias de Estado com o objetivo de reduzir os índices de violência, com ênfase na diminuição dos Crimes Violentos Letais e Intencionais - CVLI. O governador é assessorado pelo Núcleo de Gestão, órgão responsável pelo monitoramento de resultados e avaliação do Programa, além de prestar assessoria técnica às cinco Câmaras setoriais: Câmara de Segurança Pública; Câmara de Prevenção Social; Câmara de Enfrentamento ao Crack; Câmara de Administração Prisional e Câmara de Articulação dos Poderes.

No âmbito policial, a ação é integrada entre as unidades da Secretaria de Segurança Pública do Estado, das Polícias Militar e Civil e do Departamento de Polícia Técnica visando à redução dos CVLIs. Uma vez por mês o governador dirigia a reunião do PPV-BA com a presença de todas as instituições implicadas no Programa. Era a primeira vez na história da Bahia que um governador dedicava um dia inteiro da sua agenda para os problemas da segurança pública do Estado. Como também era a primeira vez que a política de segurança pública era pensada de forma transversal colocando todas as secretarias de Estado como corresponsáveis pela segurança pública do Estado, estabelecendo a visão de que a segurança pública não é uma responsabilidade apenas das organizações policiais.

Do ponto de vista das ações policiais de controle e combate ao crime foram criadas de forma estratégica Áreas Integradas de Segurança Pública - AISP, menor unidade territorial considerada para fins de planejamento integrado das ações do PPV-BA, de apuração de resultados e de estabelecimento de metas. Foram criadas 16 AISPs na capital, 07 na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e 29 no interior. Todo o Estado foi dividido em áreas integradas, cada qual sob o comando de um policial militar e um delegado da Polícia Civil, visando integrar o trabalho de ambas as corporações. Além disso, o sistema de integração contava com a criação de Regiões Integradas de Segurança Pública – RISP, sendo 03 na capital, uma na RMS e 04 no interior. Hierarquicamente as AISPs estão submetidas às RISPs. Uma vez por mês, os comandos das RISPs se reúnem com a presença do Governador e demais secretários de membros do Judiciário (Comitê Executivo) para avaliação e monitoramento das metas, indicadores de desempenho e índices de CVLIs. A reunião é aberta ao público e à imprensa. O Programa previa ainda a criação de Bases Comunitárias de Segurança (BCS) nos bairros e localidades de maior incidência de CVLIs. A finalidade dessas bases era a de ser célula do

Policiamento Comunitário, tornando-se referência para os moradores e, dessa maneira, integrar as ações e atividades desenvolvidas pelos policiais militares. A primeira base a ser implantada foi a do bairro Calabar em Salvador em abril de 2011, antecedendo a institucionalização do PPV-BA.

Mas, se o Programa acertava de um lado no seu desenho institucional ao prever ações integradas e transversais dos órgãos do governo, com uma visão de que segurança pública deve ser tratada de forma transversal, pecava em diversos aspectos, conforme veremos. O primeiro dele diz respeito diretamente à política de guerra às drogas. Com efeito, “não há como se ter 'guerra às drogas' e segurança pública ao mesmo tempo” (KARAM, 2017, p. 14). Esse, talvez, tenha sido o maior erro estratégico do PPV-BA, querer compatibilizar segurança pública com uma polícia (militar e civil) preocupada e estimulada a combater o tráfico de drogas.

Em dezembro de 2011, por intermédio do Decreto Lei 12.371/11, o governo da Bahia instituiu o Sistema de Definição e Acompanhamento das Metas do PPV-BA e definiu como indicador estratégico do programa os índices de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI, estabelecendo regras para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial – PDP; com o objetivo de proporcionar e estimular uma avaliação adequada da qualidade do trabalho dos órgãos de Segurança Pública do Estado no combate à violência e à criminalidade no processo de redução dos CVLI no território do Estado da Bahia e nas AISP. O programa tinha como meta a redução do CVLI estabelecida anualmente pelo Comitê Executivo sendo que, para 2013, a redução seria de 6%.

O Prêmio por Desempenho Policial – PDP é escalonado por faixas de premiação, do PDP 1 (maior valor) ao PDP 5 (menor valor), a depender do exercício e do cargo ocupado, conforme tabela 3, abaixo. Os maiores valores serão pagos aos servidores em exercício da Secretaria de Segurança Pública, da Polícia Civil, do Departamento de Polícia Técnica, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que atuam em AISPs. O principal critério para a concessão do prêmio é a vinculação das atribuições do servidor com a redução do CVLIs.

Tabela 3 – Prêmio De Desempenho Policial - PDP (EM R\$)

Classificação	Delegado de Polícia Civil Oficial da Polícia Militar Perito Criminal Perito Médico Legista Perito Odonto-Legal Cargo em Comissão – DAS	Investigador de Polícia Civil Escrivão de Polícia Civil Praça da Polícia Militar Perito Técnico Cargo em Comissão - DAI
PDP-1	R\$ 4.000,00	R\$ 2.800,00
PDP-2	R\$ 2.700,00	R\$ 1.620,00
PDP-3	R\$ 2.000,00	R\$ 1.200,00
PDP-4	R\$ 1.000,00	R\$ 600,00
PDP-5	R\$ 600,00	R\$ 360,00

Fonte: Lei 12.371/11, de 21 de dezembro de 2011. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1030503/lei-12371-11-bahia-ba>

Os Indicadores de Controle de Criminalidade representam o desempenho de um processo, sob a ótica da produtividade, qualidade, efetividade ou capacidade apesar dos critérios mencionados acima, premiar desempenho é o tipo de política que necessita ser feita com cautela. Vale lembrar um dos maiores absurdos na área da segurança, conhecido como gratificação faroeste, criada em 1995 no estado do Rio de Janeiro, que premiava policiais por atos de bravura, que resultavam em mortes de suspeitos. Nesse caso em particular, ocorreu nos anos seguintes aumento significativo de casos registrados como resistência a prisão seguida de morte, ocasionando o arquivamento de processos de óbito por intervenção policial com a justificativa de legítima defesa e arquivamento do caso.

Além do mais, programas de metas e de bonificações policiais com o apresentado acima, colaboram para o aumento do encarceramento. De acordo com Jacqueline Sinhoretto (2017, p.1), o foco das prisões está no tráfico de drogas e crimes contra o patrimônio, enquanto outros delitos mais graves não são enfrentados. “Homicídio é prioridade, feminicídio é prioridade, crimes graves que envolvem ameaças à vida, como estupro e sequestro, crimes que envolvem violência física devem ser as prioridades”¹².

Além de estimulado pelo PDP, policiais estão “protegidos” pelo instituto do Auto de Resistência que os tornam praticamente impunes. E aqui reside um grave problema do PPV-BA, isto é, a metodologia da contabilidade dos números de CVLIs, que compõem suas taxas, que exclui o número de autos de resistência; ou seja, as pessoas mortas por policiais em serviço

¹² Entrevista com Jacqueline Sinhoretto. <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2017/01/autora-do-mapa-do-encarceramento-critica-enfrentamento-equivocado-do-crime-no-brasil>. Acessado em 02 de maio de 2018.

não são computadas no acompanhamento contínuo das metas de redução das mortes violentas do estado da Bahia. Do ponto de vista legal, desde a sua criação, na ditadura militar, Autos de Resistência não são considerados crimes. Contudo, já existe no Brasil uma discussão, devido à alta taxa de letalidade da ação policial, de alteração da denominação “autos de resistência” (ou “resistência seguida de morte”) nos registros das ocorrências, para algo como “lesão corporal (ou morte) decorrente de intervenção policial”. O debate não está encerrado. No entanto, desde a sua criação até o momento, o PPV-BA não alterou a concepção sobre os Autos de Resistência, e foi sob a proteção deste instituto legal que os policiais que cometeram a Chacina do Cabula se defenderam no processo movido pelo Ministério Público.

Com relação à implantação das Bases Comunitárias de Segurança, o que a sociedade baiana e, sobretudo, a soteropolitana assistiu com a instalação das ditas bases foi uma dificuldade do PPV-BA de estabelecer um diálogo sistemático e contínuo com as comunidades e associações comunitárias. Em geral, as bases foram implantadas sem o necessário diálogo com a população e lideranças comunitárias sobre as reais necessidades da comunidade no campo da segurança, em alguns casos ocupando espaços de lazer coletivos. No Calabar, por exemplo, ocupou o espaço da Associação dos Moradores. Não houve diálogo com os movimentos sociais, em especial, com lideranças do Movimento Negro de Salvador e da Bahia.

Nessa perspectiva, a crítica anunciada na introdução do trabalho ao Partido dos Trabalhadores pode ser generalizada a qualquer outra agremiação partidária de esquerda que venha a gerir um governo de Estado. A esquerda não tem um projeto de segurança pública, projeto que deveria passar, necessariamente, pela descriminalização das drogas ilícitas, pois não há como compatibilizar a guerra às drogas com segurança pública, haja vista o descalabro a que assistimos no Brasil no campo da segurança pública causado exatamente pela política de guerra às drogas. Entretanto, outras políticas são igualmente importantes como a unificação das polícias e a desmilitarização das Polícias Militares, mas, por questão de espaço não serão aqui abordadas.

Finalmente, a Chacina do Cabula é, do nosso ponto de vista, um exemplo inequívoco do insucesso do PPV-BA, e da demonstração de que se trata de uma política de segurança pública equivocada pois, como tentamos demonstrar não rompe com o paradigma da guerra às drogas e, por isso, torna-se, enquanto política de Estado, refém da truculência de uma polícia formada, preparada e estimulada a combater e exterminar o inimigo, o pequeno traficante da esquina, dos morros e das periferias das grandes cidades.

4. METODOLOGIA: AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

A pesquisa analisou a cobertura de dois jornais impressos de referência no Estado da Bahia, que noticiaram o evento conhecido como Chacina do Cabula. O recorte do *corpus* definiu-se pela recolha apenas dos textos jornalísticos informativos noticiosos (cf. MARQUES DE MELO, 2003). Logo, foram consideradas manchetes, chamadas de capa, notas, notícias, entrevistas e reportagens publicadas nos dois veículos, no período que corresponde ao intervalo entre 7 de fevereiro de 2015 e 20 de março de 2017.

Do ponto de vista metodológico, para evitar o enviesamento das análises e, conseqüentemente, da abordagem, consideramos o início do evento até o último acontecimento de que se teve notícia até o depósito desta dissertação, que corresponde a 11 de fevereiro de 2018. Com o objetivo de acompanhar todas as fases do acontecimento e possibilitar ao leitor acesso aos fatos envolvendo o Caso, a dissertação considerou última data em que se divulgou sobre a Chacina, no correio digital, no dia 11 de fevereiro de 2018, fase em que o processo chegou às mãos do relator, o ministro Reynaldo Soares da Fonseca, e aguarda julgamento. De acordo com o noticiário, a previsão do STJ era que o pedido fosse avaliado ainda no início de 2018, final do período delimitado.

Optamos por fazer um levantamento sistemático das notícias dado seu caráter linear, tal como já explicitamos na descrição do evento, na introdução. Com isso foram pesquisados 3.060 cadernos de notícias dos dois jornais, correspondente aos jornais impressos baianos *Correio* e *A Tarde*, ambos com sede na cidade de Salvador. A partir do recorte que fizemos no campo conceitual, utilizamos como ferramenta a Análise de Conteúdo, com o objetivo de percebermos de que forma cada veículo construiu sentidos em torno do acontecimento. A fim de responder a primeira pergunta, quais foram os sentidos subjetivamente visados atribuídos pelas matérias à Chacina do Cabula, partimos da descrição detalhada do quadro de análise, no qual constam as principais categorias Confronto, execução, Auto de Resistencia, legitima defesa e Pacto pela Vida; dessa forma, foi possível identificar alguns conceitos pertinentes à discussão atual que se referem ao paradigma da Segurança Pública e de que forma foi problematizado o evento pelos veículos de comunicação.

Após leitura minuciosa, buscamos entender o sentido conferido à mídia a conceitos como confronto, execução, legítima defesa, defesa social a partir das manchetes, chamadas, notas, notícias e reportagens. No primeiro momento não foram eleitas categorias de análise, apenas foi investigada a conotação dada ao posicionamento midiático, a fim de identificar a postura que os jornais impressos assumiram. As demais questões no que se refere ao modelo

de segurança pública que subjaz às notícias veiculadas pelos jornais em tela, o tratamento midiático com relação à política de segurança pública vigente à época da chacina, e quais são os conteúdos manifestos contidos nas notícias que permitem inferir a posição do governo do Estado em relação ao evento recaem sobre o cuidado metodológico das técnicas de Análise de Conteúdo, como veremos adiante nos desdobramentos da investigação.

4.1 Análise de Conteúdo

Optou-se pela Análise de Conteúdo como principal ferramenta de análise por ser indicada para a investigação de material jornalístico e revelar, a partir de processos de validação, melhores resultados a fim de se desvendar o que está por detrás do discurso. Ao examinar a pertinência da Análise de Conteúdo para as Ciências Sociais, Janeira (1972, p 398) explica que

Esta técnica, no campo das Ciências Sociais, pretende ser um meio capaz de detectar valores sociais, imagens, modelos ou símbolos empregues pelos emissores culturais e, igualmente, aferir o grau de sintonização daqueles com os interesses, motivações, aspirações da sociedade a que se destinam. É possível, mesmo, captar a ideologia ou as ideologias subjacentes à comunicação e averiguar da sua correlação com a (ou as) da sociedade, assim como ver até que ponto existe um desnível entre o que se transmite ou se quer transmitir e o que se vive (...).

Operacionalmente, Bardin (1977) sinaliza que a Análise de Conteúdo considera a presença ou a ausência de dada característica de conteúdo ou de um conjunto de características em determinado fragmento de texto. Nesse sentido, a autora alerta para os perigos da compreensão espontânea de dado fenômeno, competindo ao/à pesquisador/a um olhar diferenciado, não subjetivo, mas sistemático e atento aos significados, o que significa

(...) tornar-se desconfiado relativamente aos pressupostos, lutar contra a evidência do saber subjetivo, destruir a intuição em proveito do construído, rejeitar a tentação da sociologia ingênua, que acredita poder apreender intuitivamente as significações dos protagonistas sociais, mas que somente atinge a projeção da sua própria subjetividade (BARDIN, 1977, p. 28).

A autora sublinha o traço de vigilância crítica da técnica, principalmente nos casos em que o pesquisador tem certa familiaridade com o objeto, tornando-se necessária a ruptura com a interpretação ligeira. Dessa forma, para ultrapassar a incerteza da interpretação pessoal, é necessário questionar se a mensagem é compartilhada pelo pesquisador ou se é partilhada por outras pessoas, questionando-se a validade da pesquisa.

Esta atitude de vigilância crítica exige o rodeio metodológico e o emprego de técnicas de ruptura e afigura-se tanto mais útil para o especialista das ciências humanas, quanto mais ele tenha sempre uma impressão de familiaridade face ao seu objeto de análise (BARDIN, 1977, p. 28).

A fim de romper com a interpretação espontânea, a autora sugere a leitura atenta e sistemática, com o objetivo de aumentar a produtividade e a pertinência, por meio da qual será possível a descoberta de conteúdos e estruturas que confirmam ou infirmam o que se procura demonstrar com as mensagens ou os esclarecimentos de elementos de significação. A autora define três momentos da análise que, em linhas gerais, pode ser assim descrito: primeiro, o texto é descrito; em seguida, são enumeradas características do texto, e, por fim, ocorrem a inferência e a interpretação.

A Análise de Conteúdo, para Bardin (1977), fornece variáveis diferenciais para estudos na área das comunicações, permitindo tanto a análise quantitativa quanto a qualitativa do material analisável.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 1977, p. 47).

Assim, empregar tal instrumento de investigação é propor-se uma investigação atenta, conhecer aquilo que está por detrás dos sentidos usuais atribuídos às palavras, por meio de um olhar atento e criterioso para melhor compreensão daquilo que é noticiado pelos meios de comunicação, percurso que compreende teoria, hipóteses, interpretações e métodos de análise. Nem sempre se compreende bem o que significa a leitura do que seriam os significados ou sentidos subjacentes à superfície das mensagens. Isso ocorre tanto por certa banalização da Análise de Conteúdo quanto pelo entendimento de que a mídia manipula conspiratoriamente as mensagens que produz. Nesse sentido, vale registrar que

O objetivo principal da análise de conteúdo pode ser sintetizado em manipulação das mensagens, tanto do seu conteúdo quanto da expressão desse conteúdo, para colocar em evidência indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a mesma da mensagem. Em termos de aplicação, a análise de conteúdo permite o acesso a diversos conteúdos, explícitos ou não, presentes em um texto, sejam eles expressos na axiologia subjacente ao texto analisado; implicação do contexto político nos discursos; exploração da moralidade de dada época; análise das representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da

comunicação cotidiana, seja ela verbal ou escrita, entre outros. (OLIVEIRA, 2008, p. 570).

Considerada a questão que norteou esta pesquisa, o objeto e os objetivos propostos, optamos pela “Análise Temática de Conteúdo” (cf. MINAYO, 2007), que se desdobra nas etapas de pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação. Declara Bardin (1977) que se poderiam multiplicar os desmembramentos temáticos, classificando e ventilando as significações do discurso em categorias cujos critérios de escolha e delimitação fossem orientados pela dimensão da análise, ela própria determinada pelo objetivo pretendido. Nesse sentido, foram eleitas as seguintes categorias, com o intuito de compreender os desmembramentos temáticos: Auto de Resistência, Pacto Pela Vida, Voz da Comunidade (fontes), Tráfico de Drogas, Política de Segurança e Imagens.

Operacionalmente a escolha dessas categorias ocorreu após a leitura exaustiva dos textos das matérias que compõem o *corpus*. O “Auto de Resistência”, questionado por Caco Barcellos no livro-reportagem *Rota 66* (1992), foi criado na ditadura a fim de justificar a prisão em flagrante de policiais autores de homicídio e permanece até hoje como mecanismo de justificar e legitimar mortes. Conforme Santos (2016, p. 42),

(...) constata-se a existência de uma série de elementos subjetivos em torno do auto de resistência, campo lacunoso, que permite ao policial decidir de que maneira deve conduzir seus atos, não significando que essas práticas policiais abandonem totalmente os permissivos legais. Por outro lado, há indicativos de que os policiais utilizam os limites entre o legal e o ilegal para cumprir suas missões, em uma lógica de combate à criminalidade, centrada no saber prático das atividades de polícia judiciária (LEANDRO, 2013).

A categoria “Pacto pela Vida” (PPV) refere-se à Política Pública de Segurança do Estado da Bahia ainda em vigência (em abril de 2018), que visa à redução do número de homicídios. Coutinho Júnior (2014, p. 33) refere que:

De acordo com documentos oficiais disponíveis na internet, o PPV-BA é a política de Estado que trata a segurança pública de forma transversal, articulada e integrada, destinada à redução dos índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade das comunidades, com sistematização, monitoramento e avaliação das ações de Estado de forma permanente e pactuada com a sociedade. O objetivo central do programa é o de alcançar a redução da criminalidade e da violência na Bahia, tendo como principal meta a redução dos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI.

A terceira categoria, que denominamos “Voz da Comunidade”, permite refletir sobre a dimensão dada no noticiário aos familiares, movimentos sociais e moradores da localidade onde ocorreram os fatos. Embora estejamos cientes de que, no “processo de avaliação

estratégica das fontes”, os profissionais de jornalismo, notadamente na prática noticiosa, priorizam a “hierarquia de autoridade”, pois

A respeitabilidade da informação é um fator de grande apelo para jornalistas que preferem fazer referência a fontes oficiais ou que ocupam posições institucionais de autoridade. (...) É presumido que elas sejam mais persuasivas porque não poderiam se permitir a uma mentira descarada e porque suas ações e opiniões têm peso oficial. Quanto mais prestigioso for o título ou a posição da pessoa, maior a confiança em sua autoridade. (PEREIRA JR., 2010, p. 81).

não obstante, dar voz prioritariamente às autoridades, principalmente em casos que exigem esclarecimento por parte do Estado, implica não prezar pela cobertura plural e de qualidade. Pena (2005, p. 62) explica algo que importa a este trabalho, a saber, que

As fontes oficiais são sempre as mais tendenciosas. Têm interesses a preservar, informações a esconder e beneficiam-se da própria lógica do poder que as colocam na clássica condição de *Instituição*. Governo, institutos, empresas, associações e demais organizações estão nesta categoria. Como classificação conceitual, entretanto, se a pessoa que fala por elas não está autorizada, então a **fonte é oficiosa**. E quando não tem nenhum vínculo direto com o assunto em questão, trata-se de uma **fonte independente**. [grifos do autor]

Por sua vez, o que compreendemos aqui como “Voz da Comunidade” pode ser relacionado a outra categoria de fonte prevista pela teoria do jornalismo, que é fonte testemunhal.

Como o próprio nome diz, ela tem relação direta com o fato, já que é sua testemunha. Mas é preciso lembrar que seu relato sempre estará mediado pela emoção, pelos preconceitos, pela memória e pela própria linguagem. **Testemunha é apenas a perspectiva de um fato, jamais a sua exata e fiel representação**. Por sua relação direta com a informação, ela também está inserida na categoria de fonte primária. Já a secundária é o tipo de fonte utilizada para contextualizar a reportagem.” (PENA, 2005, p. 64) [grifos do autor]

A quarta categoria refere-se ao tráfico de drogas, que aparece, por vezes, com o objetivo de justificar as mortes dos “Indignos de Vida”. Ao se interrogar sobre as responsabilidades pelas mortes e sobre os modos desiguais como são reguladas as vidas nas guerras do mundo contemporâneo, Judith Butler nos convoca a pensar

(...) quais vidas são consideradas valiosas, quais vidas são enlutadas, e quais vidas são consideradas não passíveis de luto. Podemos pensar a Guerra como algo que divide as populações entre aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos. Uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida. Podemos ver a divisão do mundo em vidas em passíveis ou não passíveis de luta da perspectiva

daqueles que fazem a guerra com o propósito de defender as vidas de certas comunidades e para defendê-las das vidas de outras pessoas, mesmo que isso signifique eliminar estas últimas. (BUTLER, 2015, p. 64-65).

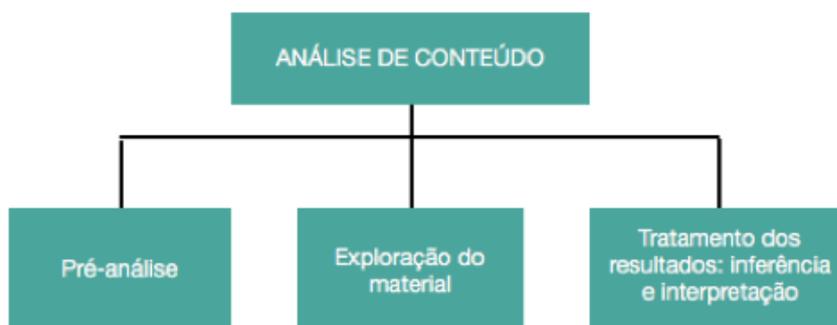
A quinta categoria é referente à concepção de Política de Segurança Pública; por meio dela, buscamos analisar de que modos é problematizada a Segurança Pública na mídia impressa e quais atores são entrevistados para apresentar seus pontos de vista.

A última categoria é constituída pelas imagens publicadas pelos jornais em tela para acompanhar as matérias sobre o fato. Tais imagens não são, em geral, quaisquer fotografias, mas produzidas por profissionais da área e não funcionam apenas para atestar, como mera evidência a existência de algo, pois o chamado fotojornalismo

(...) adquiriu, no mundo actual, uma autonomia e um estatuto próprios. O estatuto óbvio de testemunho da actualidade representada é acrescido de cargas valorativas. Este acréscimo ou este excesso de significações conotadas é, antes de mais, o resultado da sua própria selecção, provém do facto de ser esta e não outra fotografia qualquer que foi tirada, seleccionada e publicada. A fotografia jornalística converte por isso o acontecimento fotografado em acontecimento notável, em cena emblemática (RODRIGUES, 1994, p. 125).

A partir de tais categorias, definidas em função do *corpus* e conforme já mencionado anteriormente, procedemos ao que propõe a Análise de Conteúdo, que se caracteriza por três fases, como orienta Bardin (1977), a saber: a pré-análise, exploração do material e análise e interpretação dos resultados, como é possível identificar na imagem 2.

Imagem 2 – Três fases da Análise de Conteúdo



Fonte: Bardin (1977).

Na primeira etapa da pesquisa foram selecionados os documentos que constituiriam o *corpus* de análise; também foram formuladas as hipóteses, os objetivos e a escolha dos índices que fundamentariam a interpretação (cf. CAVALCANTI, CALIXTO, PINHEIRO, 2014;

OLIVEIRA, 2008). A “leitura flutuante”, “intuitiva” ou “parcialmente orientada” implica, conforme Oliveira (2008, p. 572-573),

(...) a leitura exaustiva do conjunto de textos a ser analisado, de forma que o pesquisador se deixe impressionar pelos conteúdos presentes, como se *flutuasse* sobre o texto, ou seja, sem a intenção de perceber elementos específicos na leitura. Definição de hipóteses provisórias sobre o objeto estudado e o texto analisado: a leitura flutuante permite a construção de hipóteses, sempre provisórias, sobre o objeto estudado e sobre os conteúdos do texto analisado.

Isto considerado, foi o momento em que se buscou ter o primeiro contato com o material já selecionado, o que permitiu à leitura tornar-se mais precisa, em função da (re)construção de hipóteses emergentes possibilitada pelo contato prévio com teorias e conceitos que julgamos pudessem contribuir para o maior entendimento do objeto. Afinal, conforme apontam Silva e Fossá (2013, p. 3),

A primeira fase, **pré-análise**, é desenvolvida para sistematizar as ideias iniciais colocadas pelo quadro referencial teórico e estabelecer indicadores para a interpretação das informações coletadas. A fase compreende a leitura geral do material eleito para a análise, no caso de análise de entrevistas, estas já deverão estar transcritas. De forma geral, efetua-se a organização do material a ser investigado, tal sistematização serve para que o analista possa conduzir as operações sucessivas de análise. [grifos dos autores]

Com isso, em busca de uma análise mais refinada, foi necessário proceder-se à constituição do *corpus*, cujo arranjo sempre implica em escolhas, seleções e exclusões a partir de regras e critérios que devem ser muito bem definidos. A própria Análise de Conteúdo já define quais devem ser os critérios de constituição de *corpus*: exaustividade, homogeneidade, exclusividade, objetividade, adequação ou pertinência (cf. CAVALCANTI, CALIXTO, PINHEIRO, 2014).

O critério ou regra da exaustividade exige que sejam considerados todos os elementos do *corpus*. Por outras palavras, não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão (dificuldade de acesso, impressão de não interesse), principalmente se não puder ser justificável no plano do rigor. Esta regra é completada pela de não seletividade.

Outra regra diz respeito à representatividade; nesse caso, trata-se da opção por uma amostra que representa o material como um todo. Essa regra não se adequa a esta pesquisa, pois o material não é tão extenso e, por isso, foi possível abarcar a totalidade do material coletado, o que não torna a pesquisa duvidosa, pois o *corpus* tem validade. De acordo com Bardin (1977, p. 97), “Nem todo o material de análise é susceptível de dar lugar a uma amostragem, e, nesse

caso, mais vale abstermo-nos e reduzir o próprio universo (e, portanto, o alcance da análise), se este for demasiado importante.”

Pertinência constitui outra regra fundamental para a Análise de Conteúdo. De acordo com Bardin (1977), os documentos selecionados devem ser pertinentes como fonte de informação, correspondendo ao objetivo proposto pela análise. A quarta regra diz respeito à homogeneidade, segundo a qual os documentos selecionados devem ser homogêneos e obedecer a critérios precisos de escolha e não retratar demasiada singularidade distante dos padrões estabelecidos.

Em seguida, deve-se preparar o material antes da análise propriamente dita. Para isso, julgamos necessária a prática do *clipping* mês a mês, tendo sido criada uma subpasta com os textos referentes aos dias em que o massacre¹³ foi noticiado, no período que se inicia com o evento do dia 06 de fevereiro de 2015.

Para facilitar o momento da pré-análise, foram criados quadros, o que permitiu a quantificação das notícias, chamadas, manchetes, notas e reportagens presentes nos jornais impressos pesquisados, como segue abaixo:

Tabela 4 – Quadro quantitativo referente ao mês de fevereiro de 2015

DATA	Auto de resistência		Pacto pela Vida		Voz da Comunidade		Tráfico de Drogas		Política de Segurança		Imagem	
	AT*	CO*	AT	CO	AT	CO	AT	CO	AT	CO	AT	CO
07		1n		1n	1c, 1n	1n	1c, 1n				3i	5i
08					1b	1c, 1n, 1n	1n				1i	4i
09						1n						1i
11						1n						
12					1c, 1n	1n		1n			1i	3i
20					1n						1i	
25									1n		1i	
27											1i	

AT: A TARDE – CO: CORREIO

Fonte: Coleta Direta de Dados pela autora.

¹³ De acordo com Zaffaroni (2012, p. 358), — massacre é, antes de tudo, um homicídio múltiplo, embora na forma de prática, ou seja, de exercício, de decisão política e não de ação isolada emergente de algum segmento. Assim, não entram no conceito de massacre os casos de assassinatos policiais isolados que não sejam resultado de uma prática sistemática.

A segunda fase prevista pela Análise de Conteúdo refere-se à exploração do material, que consiste na construção das operações de codificação, classificação e agregação das informações em categorias simbólicas ou temáticas. Cavalcanti, Calixto e Pinheiro (2014, p. 16) explicam que, na etapa de exploração do material, “(...) o investigador busca encontrar categorias que são expressões ou palavras significativas em função das quais o conteúdo de uma fala será organizado.” Assim, após a separação dos parágrafos dos textos, as palavras-chaves foram identificadas e, em seguida, foram feitos resumos de todos os parágrafos com as informações mais pertinentes de acordo com o critério de seleção e, por fim, foi realizada a primeira categorização. Bardin (1977) define codificação como o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem a descrição exata das características pertinentes do conteúdo. Devemos admitir que o “recorte dos conteúdos” (cf. LAVILLE, DIONNE, 1999, p. 216) e a “codificação” (cf. RECUERO, ZAGO, BASTOS, 2014, p. 203) foram facilitados pela própria natureza do material pesquisado (textos jornalísticos informativos). Ainda sobre a codificação, Campos (2004, p. 614) explica que se trata da

(...) marcação das unidades de análise, com sinais ou símbolos que permitam seu agrupamento posterior (em categorias ou sub-categorias), geralmente é muito individual, cabendo ao pesquisador se valer da forma que mais lhe agrade. Percebemos, em nossa experiência, que a codificação alfa-numérica tem a preferência de boa parte deles.

Aqui, durante a etapa de exploração do material, buscou-se construir operações de codificação, considerando-se recortes dos textos em unidades de registro, que foram agregados em categorias temáticas. Conforme Bardin (1977), tratar o material é codificá-lo, transformando os dados brutos do texto de acordo com regras precisas; nesta perspectiva, as unidades de contexto eleitas para o procedimento da leitura aqui pretendida foram as seguintes: Auto de Resistência, Pacto pela Vida, Voz da Comunidade, Tráfico de Drogas, Política de Segurança e Imagens, com o objetivo de construir certa representação do conteúdo a ser analisado. Oliveira (2008, p. 570) assim define as unidades de contexto:

(...) são unidades de compreensão da unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem cujas dimensões são maiores do que aquelas da unidade de registro. São segmentos de texto que permitem compreender a significação das unidades de registro, recolocando-as no seu contexto, tratando-se sempre de uma unidade maior do que a UR [Unidade de Registro].

Dessa forma, após o estabelecimento das unidades de contexto, foram identificadas, nos textos do *corpus*, as unidades de registro, depois agrupadas tematicamente em categorias iniciais, intermediárias e finais, as quais possibilitam as inferências. Laville e Dionne ensinam que as unidades de registro “(...) consistem em fragmentos do discurso manifesto como palavras, expressões, frases ou ainda ideias referentes a temas recortados (1999, p. 216). Oliveira (2008, p. 570) confirma, explicando mais detalhadamente tratar-se de

(...) uma unidade de segmentação ou de recorte, a partir da qual se faz a segmentação do conjunto do texto para análise. Essa unidade pode ser definida por uma palavra, uma frase, um parágrafo do texto; ou ainda o segmento de texto que contém uma assertiva completa sobre o objeto em estudo, seja ele frase, parágrafo ou parte de frase ou parágrafo; o minuto de gravação, o centímetro da notícia de jornal, ou outras. (OLIVEIRA, 2008, p. 570)

Assim, a partir das unidades de contexto, foi criado um quadro de unidades de registro contabilizadas mês a mês, totalizando cada ano conforme o recorte temporal estabelecido, constando as palavras ou expressões a serem analisadas na sequência, bem como as frequências, o que facilitou no momento posterior, correspondente à interpretação dos dados coletados. Vale informar que a unidade de registro adotada foi a temática, que consiste em “descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido” (BARDIN, 2011, p. 135).

Vale mencionar que as unidades de registro foram selecionadas tanto por sua repetição quanto pelo viés adotado por este trabalho, de acordo com os questionamentos propostos. A ideia foi analisar, por meio de tais unidades, de que modos os jornais impressos de Salvador construíram o fato para seus leitores e de que modos enquadraram (cf. MOUILLAUD, 2002) a polícia, os jovens mortos, familiares, membros da comunidade, pessoas e entidades que se envolveram. Isso porque, tanto na teoria quanto na prática jornalísticas, parte-se do pressuposto segundo o qual

Aquilo que se considera como o real começa a virar ‘fato’ ao ser ‘enquadrado’ por certas convenções e procedimentos. Para ‘acontecer’, a ‘realidade’ tem que ser embalada, codificada, alvo de decisões e exclusões, produto de procedimentos e movimentos de todo modo arbitrários. Apreendemos não tudo, mas o que está disponível.” (PEREIRA JR., 2010, p. 25).

Com isso, foi possível obter uma preparação formal do material selecionado para a terceira etapa, conclusiva do processo analítico, compreendendo o trato dos resultados obtidos e a interpretação.

Tabela 5 – Unidades de Registro

PALAVRAS	2015		2016		2017	
	A TARDE	CORREIO	A TARDE	CORREIO	A TARDE	CORREIO
Vítimas	09	21	00	04	00	01
Suspeitos	06	09	00	00	00	00
Confronto	13	17	00	03	00	00
Violência	04	13	00	04	00	01
Chacina	00	02	02	05	01	00
Execução	13	06	00	02	00	00
Auto de Resistência	05	15	00	02	00	00
Direitos Humanos	13	18	00	06	01	02
Violação	03	02	00	01	00	00

Fonte: Coleta Direta de Dados pela autora.

De acordo com Bardin (1977), o analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas. Por outro lado, os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas podem servir de base a outra análise em torno de novas dimensões teóricas ou praticada graças a técnicas diferentes ou complementares.

Concluída a primeira fase, partiu-se para a última etapa, que corresponde no tratamento dos resultados, inferência e interpretação, da qual emergiram cinco categorias empíricas (Tabela 4) que compreende o **Auto de resistência, Pacto Pela Vida, Voz da comunidade, Tráfico de Drogas e Política de Segurança Pública**.

Assim, ao interpretar o conteúdo midiático descrito, a partir de processos técnicos de validação, foi possível interpretar as mensagens latentes dos textos, de acordo com as teorias apresentadas. Campos (2004, p. 613) explica que

Produzir inferências sobre o texto objetivo é a razão de ser da análise de conteúdo; confere ao método relevância teórica, implicando pelo menos uma comparação onde a informação puramente descritiva sobre o conteúdo é de pouco valor. Um dado sobre conteúdo de uma comunicação é sem valor até que seja vinculado a outro e esse vínculo é representado por alguma forma de teoria. Segundo este ponto de vista, produzir inferência, em análise de conteúdo significa, não somente produzir suposições subliminares acerca de determinada mensagem, mas em embasá-las com pressupostos teóricos de diversas concepções de mundo e com as situações concretas de seus produtores ou receptores. Situação concreta que é visualizada segundo o contexto histórico e social de sua produção e recepção.

Como mencionado anteriormente, este estudo buscou analisar o tratamento dado pelos jornais *A Tarde* e *O Correio* no que se refere ao conteúdo relacionado à ação da RONDESP¹⁴ (Rondas Especiais-PM/BA) no bairro do Cabula no dia 06 de fevereiro, que resultou na morte de 12 jovens negros. Trata-se de leitura construída sobre material empírico jornalístico, ao tempo em que objetiva a compreensão de categorias eleitas ao longo do processo, etapa a etapa, a fim de compreender a construção do acontecimento midiático em torno do “fato bruto”, considerando que “há um constante processo de produção de imaginários e de interpretações que transforma o jornalismo em um campo atravessado por combates e relações de poder” (MENDONÇA, 2010, p.126). Isso nos impele a pensar “o processo comunicacional [midiático] menos como transmissão de informação e mais como embate ideológico e efeitos de sentido” (MENDONÇA, 2001, p.13). [inclusão nossa]

São poucos os casos em que são dedicadas matérias analíticas ou mesmo interpretativas na grande mídia sobre os grupos menos favorecidos e aos acontecimentos relacionados a estes. O que é significativa, pois, quando um jornal dá notoriedade a um fato ou pessoa é porque nele localiza importância ou relevância. De acordo Patrick Charaudeau (2006), um acontecimento midiático é selecionado e construído em função de seus potenciais de atualidade (estatuto que caracteriza a distância temporal entre o acontecimento fenomênico e o momento de sua informação midiática); sociabilidade (diz respeito aos aspectos que afetam os cidadãos no espaço público) e imprevisibilidade (capacidade de captar a atenção, o interesse e o afeto do destinatário idealizado pelo enunciador; o acontecimento selecionado deve perturbar a tranquilidade do sistema de expectativas do sujeito consumidor de informações). Nesse aspecto, os meios de comunicação buscam tratar os acontecimentos em suas características acidentais em oposição à regularidade, considerando os chamados valores-notícia. Em que pese toda a discussão inacabada no campo jornalístico sobre o tema dos valores-notícia, consideramos que Franciscato (2003, p. 204) sintetiza bem o que aqui nos pode interessar:

Mesmo com uma formulação mais completa, os critérios de noticiabilidade conservam sua característica básica de ser um recurso redutor de classificação da

¹⁴ A RONDESP configura-se um grupamento de policiamento tático da PMBA empregado complementarmente às ações operacionais da polícia ostensiva em situações de maior complexidade, organizado em Companhias Independentes de Policiamento Tático - Rondas Especiais (CIPT), com abrangência geográfica de atuação na capital e na região metropolitana e, mais recentemente, em algumas localidades do interior do estado. Em Salvador e região metropolitana, estas companhias estão distribuídas nas quatro grandes áreas administrativas de policiamento, quais sejam: CIPT/BTS (Bahia de Todos os Santos), CIPT/Atlântico, CIPT/Central e CIPT/RMS (Região Metropolitana de Salvador). De acordo com Santos (2016), a RONDESP se destaca pela quantidade de civis mortos em operações policiais.

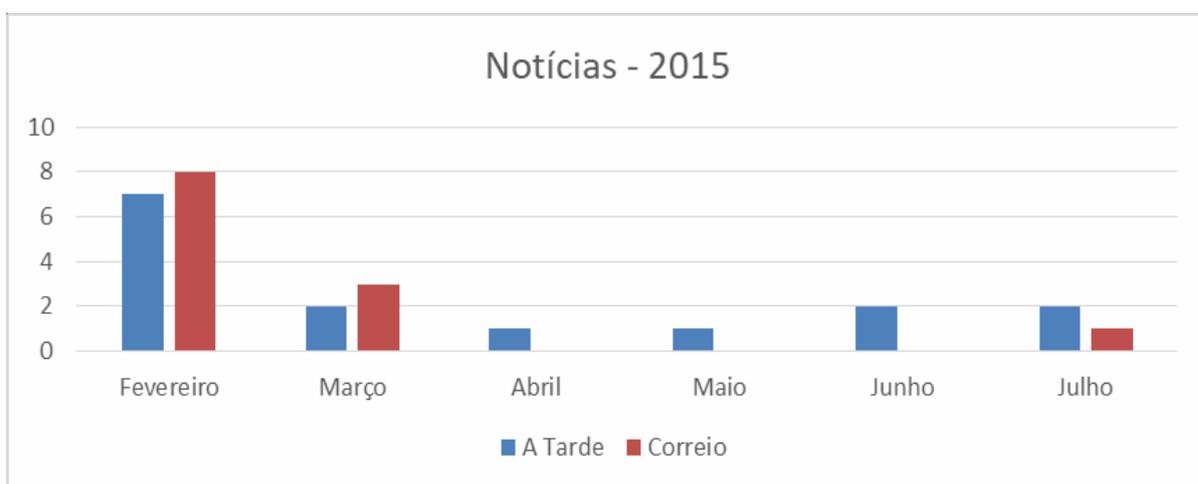
realidade por meio da acentuação de aspectos isolados de um fato. A notícia é um recorte no espaço e no tempo em relação a processos sociais mais amplos, e os limites deste recorte são, em parte, estabelecidos por perspectivas diferenciadas de jornalismo operacionalizadas na forma de critérios de noticiabilidade.

A fim de dirimir quaisquer dúvidas referentes ao uso de termos caros à teoria do jornalismo e também à prática, retomamos Franciscato (2003, p. 204), para quem

As expressões ‘critérios de noticiabilidade’, ‘valores noticiosos’, ‘valor-notícia’ (“news-value”), ‘julgamento noticioso’ (“news judgement”) ou ‘fatores noticiosos’ (“news factors”) têm sido usadas pela literatura quase como sinônimos. A intenção principal é descrever algumas qualidades recorrentes das notícias, na forma como estão expressas nos produtos jornalísticos e são cotidianamente confirmadas na observação dos modos como os jornalistas selecionam as notícias.

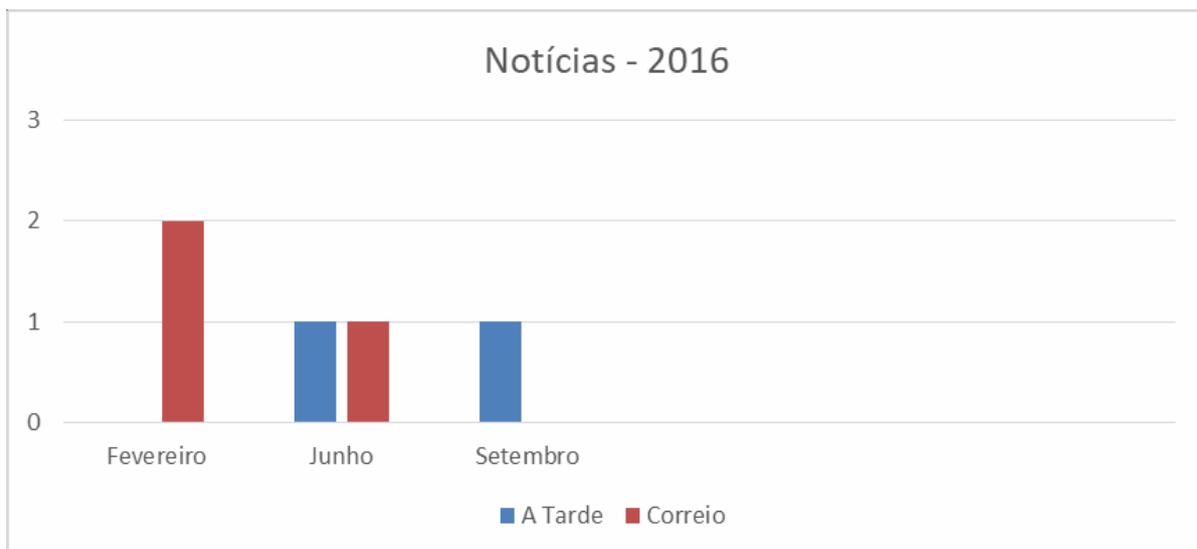
A partir disso, entendemos que o acontecimento aqui estudado foi “alçado” à categoria de evento noticiável pelos dois veículos de comunicação em estudo a partir de seleção inerente ao campo jornalístico, como apontado acima. Ao menos nos primeiros meses do ocorrido; com o passar do tempo, as notícias foram escasseando, como é possível observar nos gráficos abaixo, o que também se explica pelos critérios de noticiabilidade.

Imagem 3 – Notícias dos Jornais *A Tarde* e *Correio*. Ano de 2015



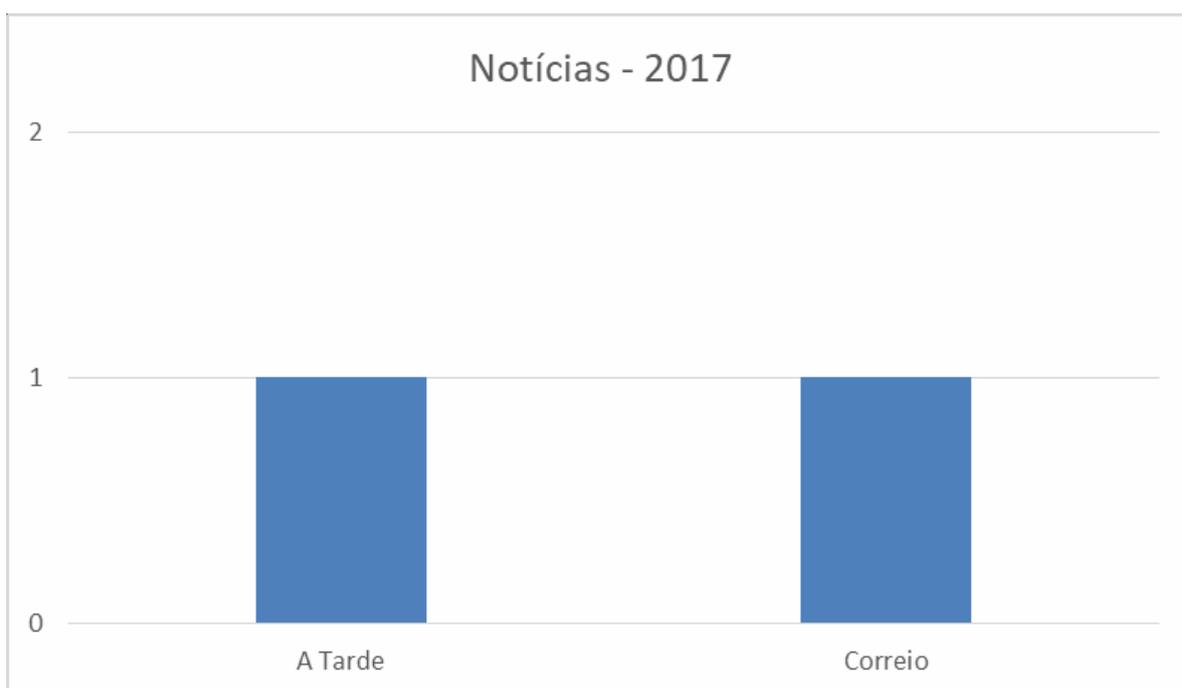
Fonte: Coleta Direta de Dados pela autora.

Imagem 4 – Notícias dos jornais *A Tarde* e *Correio*. Ano de 2016



Fonte: Coleta Direta de Dados pela autora.

Imagem 5 – Notícias dos Jornais *A Tarde* e *Correio*. Ano de 2017



Fonte: Coleta Direta de Dados pela autora.

Como é possível observar, no primeiro ano, que corresponde a 2015, o fluxo de notícias e reportagens relacionadas ao caso foi mais intenso, e os textos, mais elaborados; em 2016, notamos que as notícias foram rareando, tendo sido publicadas ocorrências pontuais – ainda que significativas – como audiências, decisões judiciais, iniciativa dos movimentos

sociais e ONGS que ganhavam visibilidade; já no ano de 2017 pouco ou quase nada se publicou, como é possível verificar na imagem 5.

Pelo interesse fundamental deste trabalho pelo binômio comunicação-violências, considerou-se relevante, a partir da produção midiática em apreço, observar, na análise proposta, o processo de construção social das notícias. Vale evidenciar que a concepção “construtivista” da relação entre realidade, sociedade e linguagem, ancora-se sobremaneira na observação de Berger e Luckmann (2008, p. 35), de que “A vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente.” Quanto ao papel do jornalismo na formação ou construção da coerência ao mundo social, Franciscato (2005, p. 167) explica que:

Como instituição social, o jornalismo cumpre um papel social específico, não executado por outras instituições. A instituição jornalística conquistou historicamente uma legitimidade social para produzir, para um público amplo, disperso e diferenciado, uma reconstrução discursiva do mundo com base em um sentido de fidelidade entre o relato jornalístico e as ocorrências cotidianas.

Tudo isso considerado, para além da naturalização do fenômeno “confronto” promovido pela instituição social jornalismo, por meio dos diferentes veículos, que são empresas numa realidade brasileira, marcada historicamente pela concentração midiática nas mãos de poucas famílias (cf. VICENTE, 2009; MORAES, 2010), consideramos fundamental investigar a relação entre a produção jornalística local/regional e a política do Estado quanto à segurança pública e suas iniciativas na promoção da violência nos bairros periféricos, que será discutida no 4 capítulo, Mídia e Segurança Pública. De qualquer sorte, para adiantarmos a concepção que guia este trabalho, convocamos Charaudeau 2006, p. 131-132), ao defender que

Por trás do discurso midiático, não há um espaço social mascarado, deformado ou parcelado por esse discurso. O espaço social é uma realidade empírica compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível. Mortos são mortos, mas para que signifiquem ‘genocídio’, ‘purificação étnica’, ‘solução final’, ‘vítimas do destino’, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista é necessário *nomeá-lo*. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. [grifo do autor]

Portanto, é fundamental reconhecer os modos como os veículos de comunicação selecionam os “fatos brutos” ou ocorrências (cf. SODRÉ, 2009, p. 71) e os enquadram como “(...) ‘acontecimento’ por meio da interpretação que implica a ‘notícia’, esse microrrelato que,

desdobrado ou ampliado, nos dará possibilidades de acesso argumentativo ao ‘fato social’.” (SODRÉ, 2009, p. 71). O autor elucida ainda mais o processo de construção da notícia anteriormente à configuração textual ou à composição do que o leitor efetivamente lê no jornal:

Um modelo mais esquemático dessa gênese: à emergência da ocorrência ou fato em bruto, segue-se a busca social de sentido para ela e, finalmente, a sua neutralização explicativa pela narrativa do acontecimento. A narrativa noticiosa restaura uma falha e confirma a previsibilidade da ordem por meio da inscrição do ocorrido na causalidade do fato social. (SODRÉ, 2009, p. 71).

Assim, até se constituir o texto da notícia, os profissionais julgam que devem seguir alguns preceitos da deontologia e da cultura organizacional jornalísticas já estabelecidos. Um dos entendimentos basilares na produção de notícias é aquele segundo o qual, conforme aponta Charaudeau (2006, p. 101), “Sendo a finalidade da informação midiática a de relatar o que ocorre no espaço público, o acontecimento será selecionado e construído em função de seu potencial de ‘atualidade’, de ‘socialidade’ e de ‘imprevisibilidade’.” No caso da notícia, podemos estender ainda para a noção de factualidade e, no caso do jornalismo praticado na internet, da instantaneidade (cf. SEIXAS, 2012), que não são preocupações nossas aqui.

A despeito da argumentação mais orientada pela técnica e as ideologias despolidoras que a envolvem, num trabalho como este, devemos contribuir para reforçar a ideia de que

(...) o jornalismo é uma dinâmica de construção de realidades, com maior ou menor relação com os fatos sucedidos nos campos político, econômicos, esportivos e demais. Este processo de transformação dos fatos sociais em fatos jornalísticos envolve toda uma técnica que, como tudo, não é neutra, ou seja, envolve seleções, cortes, descartes, inversões, relações e desconexões, dentre outras medidas. Isto é realizado em nome da adequação aos ditames jornalísticos, um conjunto de regras de edificação da notícia e da edição, formulado em nome de uma pseudo forma isenta de captação do real, coadunada com os anseios do consumidor. Tal ordenamento, com efeito, foi projetado na vigência da imprensa estabelecida como empresa jornalística, de forma que está entrelaçada com o capitalismo, enquanto modo de produção e, mais do que isto, processo civilizatório, para o que o jornalismo e a comunicação em seu conjunto desempenham um papel essencial. Portanto, evocar as normas do fazer jornalismo como justificativa para todo tipo de ação, no interior de organizações repletas de interesses diretos e indiretos, serve para confirmar as sinuosidades econômico-culturais da profissão, do produto cultural resultante e da empresa sob a qual o material foi criado. (BRITTOS; GASTALDO, 2006, p. 127)

A partir disso, cremos ser evidente que “Os *media* serão aqui entendidos, portanto, como empresas que atuam de acordo com seus interesses, valores, prioridades, visões de mundo e enquadramentos” (BIROLI; MIGUEL, 2010). O jornal *A Tarde* e o *Correio da Bahia*, portanto, não escapam à regra.

A partir das etapas anteriormente desenvolvidas e dos dados quantitativos apresentados nos gráficos acima, considerando as prescrições da Análise de Conteúdo, passamos à descrição analítica, etapa em que

(...) o material reunido que constitui o *corpus* da pesquisa é mais bem aprofundado, sendo orientado em princípio pelas hipóteses e pelo referencial teórico, surgindo desta análise quadros de referências, buscando sínteses coincidentes e divergentes de idéias. (SILVA, GOBBI, SIMÃO, 2005, p. 75)

Para tanto, optamos pela descrição individual das matérias que constituem o *corpus*, comparando a abordagem dos dois veículos, a fim de captar as relações estabelecidas pelas unidades de registro em direta convergência com a linha editorial de cada jornal e com regras inerentes ao campo jornalístico comercial no que diz respeito às rotinas produtivas e ao sistema usual de produção de notícias, sempre tendo em mente que

Mesmo com os profissionais e as organizações jornalísticas reclamando para si a posição de legítimos representantes da sociedade (ALBUQUERQUE, 2011), “Não se pode mais admitir aqui a idéia de uma imprensa neutra, ela é a principal ‘testemunha pública’ dos fatos (conferindo-lhes veracidade) e, por fim, tem a capacidade de operar como produtora do consenso, sendo daí que decorre sua força hegemônica” (PASTANA, 2007, p. 109).

5. DESCRIÇÃO DOS JORNAIS: COMPOSIÇÃO DO MATERIAL DE ANÁLISE

Durante a leitura do *corpus* geral da pesquisa, que abarca as edições de 7 de fevereiro de 2015 a fevereiro de 2018, foram observadas regularidades no modo como as notícias são divulgadas, o que nos permite problematizar aspectos relevantes do noticiário. Ao contabilizar as edições, foram identificados 36 textos, entre notícias e reportagens, 1 artigo (que vamos ignorar por não pertencer à esfera estritamente informativa) e 9 chamadas. Nota-se que foi dada maior cobertura ao evento no mês de fevereiro de 2015, o que é esperado, conforme o exposto no tópico anterior em relação às regras que enformam a produção jornalística comercial. Já nos meses seguintes, percebe-se que as notícias foram rareando até desaparecerem. De acordo com Patrick Charaudeau (2003, p. 125), a finalidade da informação midiática é dar conta do que ocorre no espaço público. Ainda conforme o autor,

o espaço público por si só não possui significação, necessita dos vários discursos sociais (cabendo não só ao discurso midiático essa função) que o fazem inteligível. Os discursos que permitem a inteligibilidade do mundo, por sua vez, dependem dos grupos sociais nos quais estão inseridos e dos sistemas de valores por eles produzidos (CHARAUDEAU, 2003, p. 165).

No caso em tela, podemos dizer que os textos jornalísticos buscaram contemplar o espaço público em relação ao acontecimento, ainda que tenham seguido, como seria de se esperar, a lógica intrínseca ao campo, conforme assinalado acima.

5.1 Jornais: História e Contexto

5.1.1 O Correio

Fundado em 1979, o jornal foi criado pelo grupo de Antônio Carlos Magalhães e representava o perfil ideológico dominante do Governador, tinha como pressuposto agradar as massas, mas era contra mobilizações de caráter político, os editoriais que condenavam esse tipo de reivindicações. Ao ser eleito governador da Bahia em três oportunidades e senador desde 1995, Antônio Carlos, na época, trazia consigo uma herança de cunho militarista, fundamentada no apoio da categoria militar que ainda vigorava no momento. Durante toda sua fase política contou com a forte influência da mídia impressa para disseminar seus ideais de governo, sendo dedicadas várias páginas de caderno enfatizando sua trajetória política e do seu grupo com repercussão em nível norte/nordeste. Sua primeira tiragem circulou no dia 15 de janeiro de 1979, antes do segundo mandato governamental de ACM. O primeiro editorial foi escrito por

Mino Carta, que tinha acabado de sair da revista *Veja*. Como de costume, o jornal não escondia o seu posicionamento, em 1984 o *Correio da Bahia* estampou em forma de manchete as seguintes afirmações: “Diretas: Planalto certo da rejeição”, “Diretas, aumenta a tensão”, “Tensão no país”. Protagonizando uma campanha em oposição ao movimento Diretas Já. Assim como a eleição que disputou Fernando Collor e Lula em 1989, o *Correio* na época deu obviamente total apoio ao primeiro. Após a morte de ACM, em 2007, iniciou-se um longo processo de mudanças. No ano posterior a sua morte, o jornal se desfaz da nomenclatura *Bahia* e passa a ser chamado apenas *Correio*. O periódico atual tem o perfil popular e uma diagramação mais leve comparada a períodos anteriores, com o uso de imagens, muitas cores, formato berliner, de fácil leitura, preço acessível (apenas R\$ 1,00), além do conteúdo voltado para notícias rápidas locais, nacionais e internacionais, com uma abordagem mais superficial. Trazendo uma representação mais moderna e inovadora, o jornal ultrapassa o jornal *A Tarde* que ocupava este posto por décadas. Em 2012, com uma média de 62 070 exemplares vendidos, se tornou o maior jornal da região Nordeste e o 16.º maior do Brasil em circulação. O jornal que abordavam os principais problemas do Estado dava prioridade temáticas relacionadas a saúde, o transporte e o abastecimento, hoje o jornal é dividido em cadernos, são estes: Violência, 24 Horas; Mais; Vida; Bazar; Guia; Esporte; Saúde; Autos; Classificados; AcheAqui Empregos, concedendo espaço para notícias em nível nacional e internacional.

5.1.2 A Tarde

Fundado em 15 de outubro de 1912 pelo político, jornalista e empresário brasileiro, Ernesto Simões Filho, o jornal *A Tarde* é o periódico mais antigo em circulação no estado. Em 1914 o grupo *A Tarde* liderou uma campanha contra o prefeito no momento, Júlio Viveiros Brandão, acusado de corrupção, o mesmo no decorrer foi afastado e impedido de assumir qualquer atividade administrativa, outra campanha com êxito foi contra Antônio Pacheco Mendes em 26 de abril 1916, nomeado intendente (prefeito) de Salvador, mas em 1º de abril comunicou que não iria tomar posse devido a sua nomeação como Secretário do Interior e Justiça. Com o acelerado aparecimento dos movimentos grevistas que emergiram em Salvador em meados de 1919, o jornal assumiu uma postura diferente, seu fundador, Simões Filho atuou como elemento mediador nos conflitos imbricados no período. Desde a sua fundação, o perfil editorial do jornal carregada consigo a marca da oposição política e tem como forte característica o apoio a grupos políticos que estavam no poder em determinados momentos. Atualmente composto por cinco cadernos fixos e nove suplementos semanais.

5.2 Primeiras evidências – *O Correio e A Tarde*

A Tarde

Confronto. Policiais da RONDESP matam 12 no Cabula – Chamada
Operação da PM acaba com 12 mortos e 4 feridos – Título da reportagem

O Correio

PM ataca ladrões de banco no Cabula, 12 mortos- Chamada PM mata 12 no Cabula – Título da reportagem

Resumo das primeiras evidências:

As frases acima transcritas são referentes às chamadas e títulos das reportagens que abrem o noticiário especializado em violências da edição de 7 de fevereiro de 2015 dos dois jornais impressos de maior circulação de Salvador: jornais *A Tarde* e *O Correio*. Na nomenclatura jornalística, o assunto foi manchete no jornal *O Correio* e ganhou destaque no mesmo jornal no Caderno de violência; já no *A Tarde* aparece como chamada e é dedicado também o Caderno de violência para o acontecimento. Tais títulos das chamadas vêm no alto da página, secundados por subtítulos, e os textos correspondentes são mais extensos do que os demais. De acordo com Varjão (2008), referente à estrutura do jornalismo impresso, as reportagens são assinadas, dispendo, concomitantemente, de recursos visuais (fotos, capitulares) e informativos (Intertítulos, legendas, boxes). Além desses recursos, é possível notar um vocabulário diferenciado, abordagem mais criteriosa dos fatos e universo diversificado de fontes de informação.

5.3 Descrição detalhada do quadro de análise

A Tarde – 07 de fevereiro de 2015

O jornal *A Tarde* traz, na capa, a seguinte chamada¹⁵:

Policiais da RONDESP matam 12 no Cabula.

Chapéu¹⁶: Confronto

Título da Chamada: Policiais da RONDESP matam 12 no Cabula

Texto da chamada: apresenta genericamente duas versões, de policiais e moradores.

Resumo da publicação:

Na manchete consta a indicação do Caderno e o número da página interna onde está impressa a matéria completa. O contato com o jornal permite observar a conotação dada à palavra “confronto”, que aparece com destaque de cor azul, sugerindo que o evento partiu de um embate em que os suspeitos resistiram à ação da PM e foram mortos em seguida. O significado do termo não foi problematizado pelo jornal. Interessa sinalizar que a polícia é destacada como agente da ação e as “vítimas” são apenas o número. Trata-se de um título informativo adequado ao padrão jornalístico, pois traz, em linguagem referencial e objetiva, quem praticou a ação (Policiais da RONDESP), a ação propriamente dita (verbo) quem a sofreu (12) e onde a ação ocorreu (no Cabula). A versão do texto sustenta que as vidas dos policiais foram colocadas em risco. Nesses casos, esbarramos com o seguinte questionamento: Como explicar a escolha dos jovens pelo “confronto” se estes, na maioria das vezes, são menores e pode ter entendimento de que há uma representação da impunidade? Não é novidade que essa forma de classificação não contempla a complexa problemática da violência urbana e, conseqüentemente, do confronto entre policiais e suspeitos.

Os critérios jornalísticos que deveriam ser adotados para a construção da informação não condizem com o julgamento precipitado realizado pela mídia, que confere causas antes de investigar o fenômeno, sobretudo se considerarmos o tempo necessário para a coleta do maior número possível de dados sobre o acontecimento a fim de realizar exposição criteriosa na cobertura. No capítulo denominado Mídia e Segurança Pública será tratada de forma detalhada

¹⁵ Resumo ou frase indicativa da capa que conduz a uma matéria no interior do jornal.

¹⁶ Também chamado “Sobretítulo”, diz respeito à palavra, expressão ou frase colocada acima do título.

a problemática da noção socialmente construída de “confronto” com a polícia. O texto da chamada, composto por um parágrafo no qual são apresentadas duas versões sobre as mortes, a dos policiais, que, no “confronto”, teriam sido recebidos a tiros por 30 “bandidos” que explodiriam caixas eletrônicos; já a comunidade apresentou outro aspecto que não havia sido levantado pelos policiais, de que a ação foi resultado de outra intervenção, realizada dias antes, na qual os policiais prometeram retornar, matar todos e acabar com o tráfico na região. Desse modo, o jornal instala a dúvida sobre a “verdade”, ao apresentar ao leitor no mínimo duas versões.

Outro posicionamento destacado no lide (primeiro parágrafo do texto informativo noticioso em que são respondidas as seis questões centrais sobre o fato: quem, o quê, quando, onde, como, por quê) foi o pronunciamento do Governador do Estado, que comparou a ação da RONDESP com a de um artilheiro frente ao gol. Nesse sentido, inicialmente, podemos identificar certa imparcialidade por parte do jornal, ao dar voz a todos os agentes envolvidos, porém utiliza-se de termos sem problematizá-los. Note-se que apenas a fonte oficial, o governador, é nomeada; todas as outras são apresentadas como “um morador”, por exemplo, o que indica, além da posição superior atribuída pela mídia às fontes oficiais, o medo da população, que prefere se manter anônima.

Uma página interna do Caderno corresponde à chamada de capa e traz uma reportagem dedicada ao “Caso Cabula” que, inclusive, passa a ser o nome provisório do próprio Caderno. Logo no início da página, essa identificação é seguida pelo chapéu “Violência”.

A Tarde – 07 de fevereiro de 2015

Título da reportagem: Operação da PM acaba com 12 mortos e 4 feridos

Linha Fina: Segundo a polícia, os militares teriam sido recebidos à bala no Cabula por gangues que atacariam bancos

Resumo da publicação:

Na reportagem, o destaque é dado ao pronunciamento da PM. São 82 linhas, relatando que os policiais foram recebidos a tiros por gangue que assaltaria bancos. Note-se que a delegação de voz na forma de discursos direto e indireto destaca falas de membros das corporações da Polícia Militar e da Polícia Civil obtidas em coletiva no dia anterior à

publicação. Também foram ouvidos a assessoria de comunicação do Hospital Roberto Santos e moradores anônimos.

No início do parágrafo, o texto faz referência a “suspeitos” baleados e outros feridos, todos envolvidos com o tráfico de drogas. A peculiaridade da presença de traficantes de drogas nas favelas é observada como elemento a ensejar a legitimidade das ações policiais na produção de cadáveres. De acordo com Navarro (2006, p. 119),

Em razão de o tráfico de drogas ser exercido, majoritariamente, nas favelas e bairros pobres, os meios de comunicação e a opinião pública estabelecem associações entre a pobreza e a criminalidade, criam expressões como – o Poder Paralelo – que espalham medo entre a população e instigam o Estado a ampliar os mecanismos disciplinares. Além disso, o discurso dominante do Estado e da sociedade incorpora o estigma do inimigo interno, materializado na figura do traficante/favelado e demonizado na Cruzada contra as drogas. O resultado dessa conjugação de esforços que afirma combater a criminalidade é a segregação e pacificação da população pobre, especialmente a habitante das periferias de qualquer cidade brasileira, além da legitimação da violência estatal. Em suma, o tráfico de drogas é útil para a manutenção da ordem social vigente.

No momento da ação, os rapazes teriam reagido à ação da RONDESP que, além das mortes, evidenciou que um policial havia sido atingido de raspão. Sobre as “vítimas” com ocorrências registradas nos textos das notícias, pesa algum tipo de acusação ou suspeita de implicação em crimes ou atividades socialmente condenáveis, como é possível observar na descrição dos agentes da Segurança: das 16 “vítimas”, 9 das envolvidas tinham passagem pela polícia e alguns eram ex-presidiários; além disso, com eles, foram encontradas armas e drogas. Em relação aos 6 mortos primeiramente identificados pelo IML, de acordo com o jornal, a idade variava de 16 a 27 anos. O tratamento dos mortos como “vítimas” pelo jornal sinaliza comportamento cuidadoso, sem julgamentos prévios, apesar da versão oficial, que é a da polícia.

O intertítulo “Outras” apresenta o relato de moradores (sempre anônimos) contestando a fala dos policiais, com 21 linhas, nas quais destacam que, mesmo após rendição, os policiais executaram os jovens. Como foi possível observar, embora não haja análise aprofundada e interpretação do caso, ampliando-o para o tema de modo mais geral, com entrevistas com especialistas em segurança pública, por exemplo, algum destaque foi dado à comunidade, embora não o suficiente, talvez.

O texto complementar (retranca da reportagem) é intitulado com duas frases seguidas, o que causa certa ambiguidade, pois o “órgão” a que se refere pode ser tanto a Secretaria de Segurança Pública como outro órgão que só será elucidado no corpo do texto. Trata-se,

possivelmente, de uma pretensão de título completo, a abarcar todos os atores presentes no texto. Há um cuidado do jornal para sempre destacar os dois lados.

Título da Retranca: Governador e secretário falam do fato. Órgão pede investigação.

Resumo da publicação:

No texto da retranca, apresenta-se o posicionamento dos agentes de segurança, Governador e de Organização Internacional. Assim como na manchete, evidencia a fala em discurso direto do Governador, Rui Costa, acrescentando que a PM necessita agir com força e energia suficientes nesses casos, a fim de proteger a sociedade, desde que a ação seja dentro da lei. Também são apresentadas informações da Secretaria de Segurança Pública da Bahia. Informa-se que a ONG Anistia Internacional emitiu nota.

Discursos como esses não justificam a ação do dia 06 de fevereiro, pelo contrário, comprovam a ineficácia do Estado perante a sociedade e demonstram o perfil das vítimas preferenciais das violências em Salvador e Região Metropolitana. Se considerarmos o papel da polícia, verificamos que se trata de uma força fardada que patrulha as ruas, com o objetivo de manter a ordem pública e pode deter suspeitos flagrados no ato do crime. Na prática, observa-se o excedente de atuação da instituição. Não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que ocorreu auto de resistência por parte dos policiais e estes agiram de acordo com a lei. A atuação vai na contramão da legislação brasileira, que informa que sua atividade é restrita a deter suspeitos somente quando são surpreendidos em flagrante delito ou em cumprimento de mandado de prisão emitido por um juiz.

Em seguida, aparece o posicionamento do Secretário de Segurança Pública, informando que a ação foi de enfrentamento aos criminosos e, diante do episódio, foi necessária atuação à altura. A Anistia Internacional emitiu nota, solicitando investigação rigorosa e aproveitou para constatar que tem recebido, nos últimos meses, diversas denúncias da RONDESP quanto a ações que correspondem a execuções sumárias com uso da força e desaparecimentos forçados. Na presente edição, chama a atenção a escassez de dados sobre as vítimas. Para se ter uma ideia do nível de omissão, nenhum dos seis já constados como mortos tiveram as características físicas registradas, o que poderia facilitar a compreensão do

entrelaçamento entre violência física e fator racial que, mesmo implícito, não deixa de transparecer.

O Correio – 07 de fevereiro de 2015

O jornal *Correio* construiu a capa toda do dia com informações relativas ao evento com a seguinte chamada:

Título: PM ataca ladrões de banco no Cabula

Em caixa preta, foi destacada a manchete: 12 mortos

Linha Fina: Ação para desbaratar uma quadrilha especializada em explodir terminais 24h acaba em Chacina. Policiais dizem que foram recebidos a tiros

Completam a capa três fotografias com legenda e duas janelas (ou olhos) com falas de cada um dos lados envolvidos.

Na reportagem interna, apresentam-se os elementos principais do seguinte modo:

Chapéu: ESTUDO

Título: Relatório da Anistia Internacional aponta crise na segurança pública

Linha Fina: Documento cita caso ocorrido na Bahia como exemplo de violação aos direitos humanos

Resumo da publicação:

O jornal informa que os policiais foram recebidos a tiro e que houve resistência por parte dos “suspeitos”. Foi destacada a contestação do coordenador da campanha Reaja ou será morto, devidamente nomeado, Hamilton Borges, com o seguinte questionamento: Como podem ter sido recolhidas tantas armas sendo que os policiais saíram ilesos? Ele também afirma que houve "uso excessivo da força policial". A matéria menciona outro caso, ainda que forma descontextualizada. Cita em discurso direto o relatório da ONG Anistia Internacional. A matéria explicita que a Secretaria de Segurança Pública da Bahia não quis falar ao jornal. A reportagem termina com o anúncio de um evento da OAB, na forma de audiência pública, para

tratar do caso. Refere também “mobilização social intensa” para pressionar o governador, Rui Costa.

O jornal destacou três imagens: numa delas constam os familiares na frente do hospital aguardando notícias; a segunda mostra policiais e viaturas realizando reforço na região e, na imagem seguinte, a exposição de celulares, revólveres e drogas retidas na operação e enviadas para a Delegacia. Assim como o jornal *A Tarde*, o *Correio* apresenta duas versões do fato, uma de que a polícia foi recebida a tiros e a outra versão, a da comunidade, foi a de que os jovens foram executados e que foram muitos tiros. O Comandante da Polícia Militar revelou que a ação foi investida devido a um aviso do Sistema de Segurança da Polícia Civil. Ao chegar ao local, de acordo com o Comandante, ocorreu a resistência por parte dos trinta homens que lá estavam. Foram registradas pelo jornal 12 mortes, todas do sexo masculino. A maioria dos jovens tinha idade entre 17 e 27 anos.

O Comandante da Rondesp Central informou que a reação foi proporcional à agressão sofrida pelos policiais. Ainda de acordo com o depoimento de “uma testemunha”, os “suspeitos” foram colocados de frente para o matagal e de costas para as guarnições, todos com as mãos para cima e, em seguida, um dos presentes foi obrigado a sair com os PMs que, antes, deram uma surra no rapaz. “Outro morador” também relatou que invadiram a casa de “uma senhora” e pediram para Luan, um dos suspeitos, que mostrasse o esconderijo.

Sob o argumento do combate ao tráfico, invasões de domicílios, execuções sumárias, prisões arbitrárias, torturas e outras violências praticadas por forças policiais nas favelas ganham legitimidade perante a opinião pública. Com a histeria gerada pela propagação do clima de medo pelos meios de comunicação, em consonância com a estigmatização da figura do traficante/favelado, qualquer ato estatal, por mais violento que seja, ganha respaldo na sociedade que se propõe a isolar o locus dos traficantes/favelados – a favela – do resto da cidade. (NAVARRO, 2006, p. 125)

“Outros moradores” contam relatos daquela noite: “uma senhora” informa que a polícia é paga para proteger e não para matar aleatoriamente. A leitura detalhada das chamadas reproduzidas por ambos os jornais dá a noção do colapso e insuficiências em que se encontra a Segurança Pública no Estado da Bahia. O próprio número de óbitos praticado pela Polícia Militar é indicativo de a política de segurança não estar dando conta da sua principal atribuição, a prevenção; ao contrário, colabora para o aumento do sentimento de indignação da comunidade, que depende de seus serviços diariamente. Não se trata apenas de falha no que se refere à prevenção, o Sistema de informação, o qual foi aprimorado no Governo Estadual (2015-2019), colocado em xeque pelas informações repassadas. São exceções acontecimentos quem

envolvem execução ou confronto em que a outra parte, aquela que não se refere à polícia, os “suspeitos”, saiam ilesos, sem registro de agressões físicas ou psicológicas.

A Tarde – 07 de fevereiro de 1015

Com a seguinte chamada de capa: Policiais da RONDESP matam 12 no Cabula

Chapéu: CONFRONTO

Título: Policiais da Rondesp matam 12 no Cabula

texto da chamada: apresenta genericamente duas versões, de policiais e moradores. A única fonte nomeada é o governador, Rui Costa

Constam três fotografias no caderno de notícias.

Reportagem

Chapéu VIOLÊNCIA

Título Operação da PM acaba com 12 mortos e 4 feridos

Linha fina Segundo a polícia, os militares teriam sido recebidos à bala no Cabula por gangues que atacariam bancos.

Fontes: corporações da PM e da PC obtidas em coletiva no dia anterior à publicação, assessoria do Hospital Roberto Santos e moradores anônimos

Título: Governador e secretário falam do fato. Órgão pede investigação.

Discurso direto com fala de Rui Costa (fonte oficial)

Informação da SSP-BA

ONG Anistia Internacional emitiu nota

"bandidos", "confronto"

Resumo da publicação:

O jornal *A Tarde* traz na capa a seguinte chamada: Confronto. Policiais da RONDESP matam 12 no Cabula, constando a indicação do Caderno e o número da página interna onde está impressa a matéria completa. O contato com o jornal permite observar a conotação dada à palavra “Confronto”, que aparece com destaque de cor azul, afirmando que o evento partiu de um confronto e que os suspeitos resistiram à ação da PM e foram mortos em seguida, o não foi

problematizado pelo jornal. A versão sustenta que as vidas dos policiais foram colocadas em risco. Nesses casos, esbarramos no seguinte questionamento: Como explicar a escolha dos jovens pelo confronto se estes, na maioria das vezes, são menores e possuem em seu entendimento de que há uma representação da impunidade? Não é novidade que essa forma de classificação não contempla a complexa problemática do confronto entre policiais e suspeitos. Os critérios jornalísticos com a informação não condizem com o julgamento precipitado realizado pela mídia que confere causas antes o fenômeno da investigação, divergindo com o tempo satisfatório para a coleta do maior número possível de dados sobre o crime e uma exposição criteriosa da cobertura. Em capítulo específico será tratada de forma detalhada a problemática da noção socialmente construída de “confronto com a polícia”. A chamada da referida manchete, composta por um parágrafo constando que existem duas versões sobre as mortes, a dos policiais, que no confronto estes foram recebidos a tiros por 30 bandidos que explodiriam caixas eletrônicas; já a comunidade apresentou outro aspecto que não havia sido levantado pelos policiais, de que a ação foi resultado de outra intervenção dias antes que os policiais prometeram retornar e matar todos e acabar com o tráfico na região.

Outro posicionamento destacado no Lide foi o pronunciamento do Governador do Estado, que comparou a ação da RONDESP com a de um artilheiro frente ao gol. Nesse sentido, inicialmente, podemos identificar uma imparcialidade por parte do jornal, que da voz a todos os agentes envolvidos, porém utiliza-se de termos sem problematizá-los. Uma página no Caderno foi dedicada a notícia sobre o Caso Cabula. Logo no início seguida da coluna Violência, o destaque é dado ao pronunciamento da PM, constando 82 linhas, relatando que eles foram recebidos a tiros por gangue que assaltariam bancos. No início do parágrafo o texto faz referência a “suspeitos” baleados e outros feridos, todos envolvidos com o tráfico de drogas. A peculiaridade da presença de traficantes de drogas nas favelas é observada como elemento a ensejar a legitimidade das ações policiais na produção de cadáveres. De acordo com Navarro (2006):

Em razão de o tráfico de drogas ser exercido, majoritariamente, nas favelas e bairros pobres, os meios de comunicação e a opinião pública estabelecem associações entre a pobreza e a criminalidade, criam expressões – como o “Poder Paralelo” – que espalham medo entre a população e instigam o Estado a ampliar os mecanismos disciplinares. Além disso, o discurso dominante do Estado e da sociedade incorpora o estigma do inimigo interno, materializado na figura do traficante/favelado e “demonizado” na Cruzada contra as drogas. O resultado dessa conjugação de esforços que afirma combater a criminalidade é a segregação e pacificação da população pobre, especialmente a habitante das periferias de qualquer cidade brasileira, além da legitimação da violência estatal. Em suma, o tráfico de drogas é útil para a manutenção da ordem social vigente.

No momento da ação eles teriam reagido á ação da RONDESP que, além das mortes um policia havia sido atingido de raspão. Sobre as vítimas com ocorrências registradas nos textos das notícias, pesa algum tipo de acusação ou suspeita de implicação em crimes ou atividades socialmente condenáveis, como é possível observar na descrição dos agentes da Segurança: 16 vítimas, 9 dos envolvidos tem passagem pela policia e alguns são ex-presidiários, e com estes foram encontradas armas e drogas. Em relação aos 6 mortos primeiramente identificados pelo IML, o jornal, a idade era de 16 a 27 anos. O intertítulo “Outras”, trás consigo o relato dos moradores contestando a fala dos policiais, com 21 linhas, estes, destacam que mesmo após rendição os policiais executaram os jovens. Como foi possível observar, pouca importância foi dada a comunidade no referido caso. No texto complementar (box), apresenta o posicionamento dos agentes de segurança, Governador e da Organização Internacional. Assim como na manchete, aparece em evidencia a fala do Governador Rui Costa, acrescentando que a PM necessita agir com força e energia suficiente nesses casos a fim de proteger a sociedade e que a ação seja dentro da lei.

Discursos como estes não justificam a ação do dia 06 de fevereiro, pelo contrário, comprovam a ineficácia do Estado perante a sociedade e demonstra o perfil das “vítimas preferenciais” das violências em Salvador e Região Metropolitana. Se considerarmos o papel da polícia, verificamos que se trata de uma força fardada que patrulha as ruas, com o objetivo de manter a ordem pública e pode deter suspeitos flagrados no ato do crime, na prática observa-se o excedente de atuação da instituição. Não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que ocorreu auto de resistência por parte dos policiais e estes agiram de acordo com a lei. A atuação vai na contramão com a legislação brasileira, que informa que sua atuação é restrita a deter suspeitos somente quando estes são surpreendidos em flagrante delito ou em cumprimento de mandado de prisão emitido por um juiz. Em seguida aparece o posicionamento do Secretário de Segurança Pública, informando que a ação foi de enfretamento aos criminosos e diante do episodio se faz necessária uma atuação a altura. A Anistia Internacional, emitiu uma nota solicitando uma investigação rigorosa, e aproveitou para constatar que tem recebido nos últimos meses, diversas denuncias da RONDESP quanto as suas ações que correspondem a execuções sumarias uso da força e desaparecimentos forçados. É possível observar nos jornais a escassez de dados sobre as vitimas, nenhum dos seis já constados como mortos tiveram suas características físicas registradas, o que para facilitaria a compreensão do entrelaçamento entre violência física e fator racial, que mesmo implícito não deixa de transparecer.

A Tarde – 08 de fevereiro de 2015

A página Violência vem acompanhada do seguinte destaque:

Título da Reportagem: Após mortes, região do Cabula continua em clima de apreensão.

Linha Fina: Moradores se alternam entre o silêncio e relato de versões diferentes sobre o caso.

1 fotografia grande com legenda

Resumo da publicação:

O texto relata ter entrevistado moradores, que se pronunciaram apenas com a garantia de não ter a identidade revelada. A maioria aparece em discurso indireto. Um deles informou que é possível existirem corpos desaparecidos, pois, após a chegada da polícia, dois “suspeitos” fugiram. Outra versão, conforme “outro morador”, é que a ação do dia 07 foi resultado de ação policial anterior no bairro há 15 dias; nessa operação, os acusados foram mortos e um tenente baleado, o que motivou o retorno dos policiais. “Outro morador” destacou que o local onde foram encontrados os “suspeitos” é ponto de tráfico de drogas da região. Outra informação pertinente, segundo “outro morador”, é que havia vários traficantes entre os mortos, porém, nem todos eram bandidos. O mesmo morador reitera que a informação sobre o assalto a banco não passa de uma mentira e que existe entre eles o medo de protestar e serem mortos. A Secretaria de Segurança Pública contestou a versão dos moradores em discurso indireto, informando que uma investigação está em curso pelo DPHH; já a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em nota, informou que vai pedir explicações ao Ministério Público Estadual (MP-BA) e SSP sobre o caso. A Anistia Internacional criticou a operação e informou que houve indícios de execução, em discurso direto.

A reportagem é acompanhada por uma retranca sob Chapéu: Cosme de Farias (bairro de Salvador) e título: Confronto entre polícia e suspeitos deixa 2 mortos. O texto informa que o “novo confronto” ocorreu “algumas horas depois do ocorrido no Cabula”. Cita nota da Polícia Militar e apresenta a versão de moradores, a afirmar que haveria outra ação, desta vez, no bairro Lobato, outra localidade periférica de Salvador.

O Correio – 08 de fevereiro de 2015

A chamada de capa traz como título: Um dia após matar 12 em ação no Cabula, policiais atiram em três suspeitos em Cosme de Farias. Nos enterros de seis, parentes dizem que eles foram executados.

A página interna do Caderno tem como título:

Título da Reportagem: Polícia reforça monitoramento na região da Vila Moisés, no Cabula. Uma fotografia grande, colorida, com legenda, mostra comboios de viaturas da PM em perspectiva

Resumo da publicação:

O corpo do texto relata que o comércio abriu normalmente. Em seguida, informa que seis viaturas estavam nas mediações do acontecido e, em uma localidade próxima, 8 viaturas estavam paradas no local com 20 policiais armados. Ao escutar um morador sobre o clima do bairro, este relatou, em discursos direto e indireto, que estava tranquilo se comparado ao dia anterior, quando o comércio fechou às 12 horas. Outro comerciante atribuiu a tranquilidade do local à presença reforçada dos policiais. “Uma moradora” também foi entrevistada. Todas as fontes afirmam que está tudo tranquilo em razão da presença da polícia. No entanto, o jornal parece, com isso, evidenciar certa ironia, ao jogar com a ambiguidade das mortes terem sido praticadas pela polícia, que “monitora” o bairro ostensivamente com tantas viaturas nos dias subsequentes. Por que o bairro não estaria tranquilo com a ausência da polícia, autora da ação? A ironia também pode ser justificada pela manchete, que traz a informação de outras mortes praticadas pelo mesmo agente em outros bairros.

A reportagem é acompanhada de retranca, cujo título é: Identificado corpo de mais um dos mortos em confronto, referente ao Cabula. O texto informa que todos eram “suspeitos” de planejar assaltar um banco a partir do discurso direto da fonte oficial major José Luís dos Santos, da PM. Apresenta o nome do “suspeito” e a idade.

Em uma matéria *box*, o jornal escreve: Em enterro, famílias alegam inocência das vítimas. Em seguida, aparece a imagem de dois jovens que foram executados, os dois são negros. Os “familiares” presentes alegaram terem sofrido ameaças por parte dos policiais ao entrarem no ônibus para ir até o local do enterro. “Outra moradora” revela que “os meninos

protegiam a gente. A gente tem medo é dos policiais”. “Outra moradora” diz que não ocorreu troca de tiros, e, sim, “execução”. A fonte ainda afirmou que a polícia é despreparada. Observa-se a tentativa da comunidade em provar a existência de uma execução criminosa, praticada pelos policiais da RONDESP, que nada mais é do que uma lógica punitiva recorrente no Brasil, em que o uso da força letal é vinculado ao medo e ao caos social. Importante ressaltar que o jornal expõe as vozes da comunidade por meio de discurso direto e indireto, sem a identificação, por razões óbvias.

O Correio – 09 de fevereiro de 2015

Caderno de notícias:

Título da Reportagem: Vida que segue

Uma fotografia grande, tomando uma página inteira do caderno denominado 24h, fotografia preto a branco com a seguinte legenda: Policiais do batalhão de choque reforçaram a segurança ontem na Estrada das Barreiras, mostra uma viatura da PM e três policiais armados.

Resumo da publicação:

Com o título “Vida que segue”, o jornal faz referência a contínua operação que ocorria no bairro pelos policiais militares e destaca que as rondas continuavam a ser realizadas, de acordo com o noticiário, após as mortes a polícia intensificou a atuação naquelas localidades com o propósito de proporcionar a falsa sensação de segurança para os moradores. Como se não bastassem as implicações de uma ação que deixou várias indagações, o jornal ainda extrapola ao afirmar que os moradores estavam retornando as suas rotinas, sendo que esse termo implica os moradores no sentido geral não tiveram suas vidas afetadas pelas doze mortes. Em seguida afirma também que o comércio já estava funcionando normalmente e que inclusive o futebol também não deixou de acontecer, ou seja, de acordo com o jornal tudo estava funcionando bem, sem levar em conta as famílias e demais pessoas vinculadas aos mortos, que sem dúvida alguma passaram por traumas e precisarão de tempo para compreender o acontecido. Na oportunidade o jornal ressaltou que a OAB, solicitou esclarecimento do caso, a fim de esclarecer qualquer dúvida sobre a atuação dos policiais.

O CORREIO – Carnaval, 11 de fevereiro 2015

Caderno: 24h BAHIA (indicam notícias, meio Cidades)

Título: Moradores denunciam agressão de PMs após protestos em Vila Moisés

Na reportagem não é apresentada fotografia

Sua estrutura é de três colunas e uma janela.

Resumo da publicação:

Com o título “Moradores denunciam a agressão de PMs após protesto na Vila Moises”, a notícia apresentada dá visibilidade à comunidade, aqui aparece a categoria “voz da comunidade”, pois o jornal assumiu uma postura de porta voz da comunidade, e revelando denúncias dos moradores com relação a atuação dos policiais no bairro, entre às ações dos PMs constaram invasões de casas, agressões a moradores, outro fator relevante no conteúdo noticiosa é que devido as ações alguns dos moradores abandonaram suas casas ou estão se privando de ir para suas casas durante a noite por conta do medo proveniente da ação do dia 07 de fevereiro de 2015. Enquanto a notícia do dia 09 de fevereiro fez questão de evidenciar que tudo estava indo “bem”, esta apresentou os impactos reais sofridos por aquela comunidade. A matéria ainda destacou que foi elaborada uma Carta de Repúdio pelo movimento Social Reaja exigindo a retratação pública do Governador do Estado, para que este peça desculpas pela declaração dada aos veículos de comunicação ao elogiar a ação da policia naquela noite.

A Tarde – 12 de fevereiro de 2015

Chamada de capa

Chapéu MORTOS NO CABULA

Texto: Moradores e entidades protestam contra ação da polícia

Reportagem

Chapéu: CABULA

Título: Moradores fazem protesto contra a ação da Rondesp na Vila Moisés

Linha Fina: O governo da Bahia informa ter empenhado três Secretarias nas investigações do caso.

É apresentada uma fotografia P&B do protesto com legenda

Resumo da publicação:

A matéria com título “Moradores e entidades protestam contra ação policial”, conta com uma imagem carregada de significados, na qual são apresentadas pessoas e faixas em forma de denúncia das angústias e a indignação coletiva compartilhada pelos moradores e familiares das vítimas daquele local. O ato contou com a participação da OAB, do REAJA, da Anistia internacional, familiares das vítimas e moradores da região. A mensagem propagada pelos manifestantes era a de que a polícia é uma instituição racista, que joga do lado oposto e tem suas vítimas preferenciais. Os presentes denunciaram ainda as intimidações provocadas pelos policiais. Ainda foi informado que o Governo do Estado envolveu algumas Secretarias no caso. O movimento cobrou que a ação fosse apurada de forma independente. Nesse sentido, é possível identificar entre as principais recomendações a investigação de forma independente o abuso policial, pois já se comprovou a ineficiência do método atual de investigação policial dos crimes cometidos pelos agentes no momento do expediente sendo o fator que mais propicia a impunidade.

O Correio – 12 de fevereiro de 2015

Cadernos 24h

Título: Novos Números

Foto grande, colorida, do protesto

Resumo da publicação:

O texto é iniciado pelo discurso indireto, relatando que a Polícia Civil divulgou no dia anterior que, de todos, apenas 2 tinham passagem pela polícia. A matéria ocupa a página toda e possui várias fotografias coloridas. O jornal informa que tentou falar com Odair Carneiro, delegado do DHPP, mas ele não atendeu. O texto, em discurso indireto, relata que a assessoria da Polícia Civil informou que quatro delegados estão envolvidos no inquérito que apura os crimes. O texto apresenta a lista dos nomes dos que morreram sem ter passagem policial e dos sobreviventes que não possuem registros na polícia. A reportagem também enfatiza a passeata de 11 de fevereiro (dia anterior). Alexandre Ciconello da Anistia Internacional, em discurso indireto, relatou que uma testemunha contou que 15 dias antes da ação da Rondesp no local, dois rapazes identificados como Alexandre Santos Leal, conhecido como Cero, e outro rapaz foram mortos por PMs na mesma comunidade.

O Correio – 12 de fevereiro de 2015

Retranca

Chapéu: Operação policial

Título: MPF apura se houve violação dos direitos humanos

Resumo da publicação:

Procurador da República, Edson Abdias, em discurso direto relata que a apuração minuciosa das circunstâncias de mortes ocorridas em suposta situação de confronto com a polícia seria pressuposto básico não apenas para legitimar a própria atuação policial na defesa da segurança pública, mas também que os excessos sejam rigorosamente punidos.

Assessoria do MPF, em discurso indireto, informou que a procuradoria não dará entrevista porque o inquérito está sob sigilo.

A Tarde – 20 de fevereiro de 2015

Chapéu: RONDESP

Título: Entidade lança ação para cobrar apuração de 12 mortes no Cabula

Linha Fina: Anistia Internacional mobiliza ativistas para que peçam ao governo investigação rigorosa

Imagem: Consta o material que teria, supostamente, sido apreendido com as vítimas. Assessoria da Anistia Internacional, em discurso indireto e direto, no discurso direto, a reportagem apresenta uma transcrição fiel da fala da Anistia, já o posicionamento do Estado aparece como discurso indireto, e o repórter surge como intermediário frente à ocorrência, utilizando-se do que foi dito na versão oficial do Estado. O jornal informa que entrou em contato com as assessorias do governador e do secretário de Segurança Pública, sem sucesso. A matéria cita outro caso da Anistia Internacional, Caso Fiuza, ocorrido em 2014.

O Correio – 20 de fevereiro de 2015

Título: Anistia mobiliza civis por mortes no Cabula

Resumo das publicações:

O assessor de Direitos Humanos da Anistia Internacional, Alexandre Ciconello, em discurso direto, relatou que recebeu muitas denúncias com relação à RONDESP, já no discurso indireto foi citado o Caso de Davi Fiuza, que desapareceu em uma ação urgente pela RONDESP.

Davi Gallo, coordenador do Grupo do MPE que apura a ação, informou em discurso indireto, que foram solicitados laudos cadavéricos, exame de balística e perícia do local do crime.

A Secretaria de Segurança Pública informou que foram solicitados laudos cadavéricos, exame de balística e perícia do local do crime, em discurso indireto e direto aparece a seguinte frase: A secretaria de Segurança Pública informou que não há um prazo para a entrega dos laudos, em seguida consta o seguinte discurso direto: “Já que o número foi grande”.

O Correio – 24 de fevereiro de 2015

Coluna: Artigo

Colunista: Malu Fontes

Título: A Rondesp no Cabula: o poço é mais fundo?

Resumo da publicação:

Consta no jornal um artigo da jornalista Malu Fontes, que refere-se à incursão da PM como trágica. Segundo ela é necessário realizar uma reflexão e uma investigação mais profunda com relação ao caso. De acordo com Malu, o caso não pode passar despercebido, pois a justificativa de que dois dos mortos tinham passagem pela polícia, um por tráfico e outro por roubo no carnaval, não é motivo para tortura e morte de 12 pessoas. A jornalista relembra que a maioria dos jovens não tinha passagem pela polícia e que muitos eram menores de idade. Outro fenômeno destacado por ela é que nenhum dos dois tinha passagem pela polícia por crimes hediondos como latrocínio, homicídio ou sequestro.

A Tarde – 25 de fevereiro de 2015

Notícia

Chapéu: ESTUDO

Título: Relatório da Anistia Internacional aponta crise na segurança pública

Linha fina: Documento cita casos ocorridos na Bahia como exemplo de violação dos direitos humanos

Na notícia é apresentada uma fotografia P&B com a seguinte legenda: Na Vila Moises, no Cabula, ação da PM deixou 12 mortos e três feridos no ultimo dia 6

Resumo da publicação:

A noticia relata que será lançado o relatório da Anistia Internacional 2014 e 2015, e que a Bahia ganha destaque, como um dos Estados que mais apresentam números de caso e homicídio e violação dos Direitos Humanos. Constam, em seguida, citações diretas do estudo.

Também se utilizou do discurso direto para informar que Assessoria de Comunicação da SSP Bahia: “A SSP não comenta pesquisas ou estudos pois não existe metodologia unificada em todo país como formas de enfrentamento dessas questões”. A notícia também foi composta pelo discurso indireto e direto de Hamilton Borges, a destacar que segundo o Coordenador do Reaja, os dados apresentados pelo estado são fruto de uma política de segurança que tem como modelo as práticas violentas adotadas durante a ditadura militar

A Tarde – 27 de fevereiro de 2015

Jornal: A Tarde

27/2/2015

Reportagem

Chapéu: VIOLÊNCIA

Título: Morte de 12 pessoas terá reconstituição

Linha Fina: Clima ficou tenso entre moradores do Cabula e policiais militares presentes na audiência pública na OAB-BA

Resumo da publicação:

No Caderno Violência é dado destaque ao seguinte título: Morte de 12 pessoas terá reconstituição. A matéria relata que aconteceu uma audiência pública sobre o caso, com o objetivo de trazer à luz os últimos acontecimentos, porém não revelou detalhes mais específicos sobre o encontro, informou apenas que o evento foi conturbado. Em seguida o editorial informou que irá acontecer nova audiência, porém, sem data definida. O Presidente da OAB relatou que o caso pode ser levado à esfera federal. Ficou definido que a OAB produzirá um documento com as propostas da audiência para levar ao Governador Rui Costa. Luiz Viana, Presidente da OAB-BA informou que a entidade está cobrando a conclusão do inquérito policial. De acordo com a Anistia Internacional o caso tem graves indícios de execução sumária. Humberto Adami, Presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil relatou que o caso está em fase de investigação e mencionou em seguida que as roupas dos suspeitos teriam sido trocadas por trajes militares. Ele comprometeu-se a trabalhar para a superação dos autos de resistência.

O Correio – 27 de fevereiro de 2015

Chamada de capa

Chapéu: REVOLTA

Texto da chamada: Tensão marca debate na OAB sobre ação de PMs que terminou com 12 mortos (pág. 3).

Resumo da publicação:

A notícia é apresentada na capa do jornal com a seguinte chamada: Revolta e tensão marca debate da OAB sobre ação de PMs que terminou com 12 mortos. No Caderno de notícias segue o seguinte título: Tensão em encontro. Em seguida é relatada que a audiência foi composta por movimentos sociais e instituições governamentais, com o intuito de discutir o acontecido. O evento que foi carregado de emoções por parte dos familiares e um tenso debate, também resultou em vaias e palavras de ordem. Na oportunidade Geraldo Reis, Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, propôs a criação de uma agenda para discutir a política de Segurança Pública do Estado e ainda relatou a necessidade de superar os autos de resistência. O coordenador do Reaja ainda relatou que o grupo está sofrendo ameaças. O vice-presidente da Associação de Praças da Polícia Militar, afirmou que estão tentando colocar os policiais como vilões da história e que os mortos eram bandidos. No momento, o promotor Raimundo Moinho informou que o Ministério Público Estadual vai participar da reconstituição do crime. Também foi informado que o Ministério Público Federal da Bahia instaurou inquérito civil para apurar possível violação de direitos humanos. Na ocasião foi já no final da matéria que somente dois dos 18 baleados tinham passagem pela polícia.

O Correio – 02 de março de 2015

Caderno MAIS

Chapéu: ENTREVISTA (editoria) CORONEL ANSELMO BRANDÃO

Título: 'Polícia reativa não é a regra, é exceção'

Entrevista PR com Coronel Brandão

Fotografia colorida com ângulo pouco usual...

Resumo da publicação:

Com o título 'Polícia reativa não é a regra, é exceção', localizada na coluna “MAIS”, é apresentada uma foto em destaque do Coronel Anselmo Brandão. Ele defende o auto de resistência e informa que após a ação do dia 6 de fevereiro os policiais envolvidos estão realizando tratamento psicológico. Brandão defende a tese de confronto, com o ocorrido naquela noite. Afirma ainda que quando a localidade tem forte tráfico, os policiais não podem agir passivamente, inclusive quando se depara com homens armados em local escuro. Ele vai além e defende o auto de resistência. Respondendo declarações da Anistia internacional, quanto às denúncias contra a Rondesp, e o comandante informa que ele dará resposta que a população espera. Ao responder a seguinte pergunta: Em quais locais o senhor se inspira para a segurança na Bahia? Ele inicia a fala referindo-se ao Pacto pela Vida, que teve segundo ele sua primeira experiência em Pernambuco, e a Bahia segue o exemplo. Já foram intensificadas 17 novas bases comunitárias de segurança e se almeja mais três, dessa forma já é possível ver resultados na redução dos homicídios de 43% no ano de 2015 e 52% no ano de 2014.

O Correio – 05 de março de 2015

Chamada de Capa

Título: Famílias de vítimas deixam Cabula

Linha Fina: Parentes de 3 suspeitos mortos pela Rondesp abandonam casas com medo pág. 24

Na matéria, fotografia grande, colorida

Reportagem

POLÍCIA (editoria)

Chapéu CABULA

Título VILA DO MEDO

Linha Fina Parentes de 3 mortos em ação da Rondesp saem da Vila Moisés

Resumo da publicação:

Na capa do jornal segue a frase: Famílias de vítimas deixam Cabula: Parentes de 3 suspeitos mortos pela Rondesp abandonam suas casas com medo. No Caderno de notícias, a matéria relata que cinco dos mortos residiam na localidade do Cabula. De acordo com a polícia, a ação começou quando os homens da Rondesp avistaram outros homens em uma Saveiro branca. Alguns estavam com mochilas próximo ao banco da caixa, em seguida um aviso foi emitido pelo serviço de inteligência da corporação. Ao chegar no local, os PMs informaram que foram recebidos a tiros, já os moradores negam essa versão. Na matéria foi informada que quarenta pessoas já foram ouvidas entre, entre PMs, vizinhos e familiares e que estão aguardando o resultado das perícias, do laudo cadavérico, exames de pólvora e balístico. A matéria traz ainda a imagem de Dona Maria, chorando com a farda do neto, 17 anos, na opinião dela não precisava de tanta atrocidade, bastava prender caso o neto fosse culpado.

A Tarde – 06 de março de 2015

Título: Ideli Salvatti diz que é necessário acabar com autos de resistência

Resumo da publicação:

A matéria destaca a presença da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, que esteve em Salvador no dia 5 de março de 2015 com o objetivo de entregar equipamentos solicitados pelos conselhos tutelares do Estado. De acordo com a entrevistada é necessário acabar com o auto de resistência, pois de acordo com ela não há confronto e sim execução, tratando-se de uma política de eliminação. Na oportunidade, Salvatti informou que acompanha o caso e cobra apuração a Secretária de Segurança Pública do Estado. Relatou também que é necessário que tenha punição caso seja comprovado abuso de autoridade. Defende a tese de que bandido bom é bandido reintegrado.

A Tarde - 25 de março de 2015

Chapéu MOBILIZAÇÃO

Título: Morte de jovens negros é debatida em audiências na Assembleia

Linha Fina: Discussão foi motivada por ações policiais que resultaram em morte, na capital.

Resumo da publicação:

Com o tema “Mortes de jovens negros é debatida em audiência na Assembleia”, a notícia informou que o evento foi motivado pelos casos recentes envolvendo policiais nas mortes em Salvador. O debate foi promovido pela comissão Especial de Promoção a Igualdade e Direitos Humanos e Segurança Pública, em alusão ao dia da discriminação racial. Na ocasião, a rede de mulheres negras da Bahia apresentou uma carta aberta pedindo ao governador Rui Costa à criação de um grupo de monitoramento das ações policiais. O deputado estadual que estava ali presente, Marcelino Galo informou no momento que é preciso esclarecer o que, de fato aconteceu, outro deputado ali presente, Bira Coroa, informou que o caso está sendo acompanhado pela comissão especial de promoção à igualdade, que inclusive o grupo está

pressionando a Corregedoria da Polícia Militar para que seja dada a continuidade das investigações. O mesmo defendeu o fim dos autos de resistência. Já o Deputado Marco Prisco criticou o teor do discurso na audiência e a atual política de segurança, que, segundo este está defasada, comentou em seguida os casos em que os policiais foram mortos no Estado.

A Tarde – 02 de junho de 2015

Chapéu MORTES

Título: Juiz investiga monitoramento de viaturas usadas na Vila Moisés

Resumo da publicação:

Com a chamada de nome “Mortes” e com o título “Juiz investiga monitoramento de viaturas na Vila Moisés, a notícia aponta para a suposta decisão do Juiz Vilebaldo. E entre as possibilidades está a prisão preventiva dos policiais, que ainda necessita de uma maior investigação para que a decisão fosse tomada. O magistrado acatou a denúncia apresentada pelo Ministério Público. A notícia destacou que o Juiz havia encaminhado um ofício para o departamento de polícia técnica solicitando informações quanto a alguns pontos ainda duvidosos, entre eles foi solicitada a perícia dos equipamentos do sistema de rádio e comunicação entre as três viaturas da Rondesp com o intuito de saber se existe sistema para monitorar o geoposicionamento.

A Tarde – 11 de junho de 2015

Chapéu CABULA

Título: Militares são citados em ação penal sobre mortes

Linha Fina: Pms envolvidos no caso da Vila Moisés comparecem ao fórum

Resumo da publicação:

A reportagem informa que a denúncia contra os PMs foram aceitas pelo Juiz. Conforme o defensor, em um prazo de 10 dias uma defesa preliminar deve ser apresentada à

justiça. O advogado ainda afirma que irá provar que os PMs agiram em legítima defesa. A reportagem ainda relata que os policiais exigiram que os jornalistas fossem levados para delegacia, um dos profissionais informou que tiraram foto sua e de seu crachá.

A Tarde – 01 de julho de 2015

Título: Termina o inquérito sobre as 12 mortes em Operação da PM

Resumo da publicação:

Com a chamada “Cabula”, e com o título “Termina o inquérito sobre as 12 mortes em operação da PM”, foi dado fim ao processo de inquérito que apura as 12 mortes. A matéria faz relembra a reconstituição ocorrida em maio que durou cerca de 9 horas. Em negrito, aparece ao lado a frase: Versão da PM. De acordo com os policiais, ao chegar ao local a guarnição encontrou seis homens com mochilas, o que despertou desconfiança, em seguida ocorreu a perseguição, em que os suspeitos se dirigiram a um local onde se encontravam mais de 30 homens que teria iniciado o tiroteio. Os PMs informaram que na ação, foram apreendidas muitas armas de fogo, coletes, drogas e uniformes camuflados.

A Tarde – 28 de julho de 2015

Chapéu: ABSOLVIÇÃO

Título: 'Versão dos PMs foi coerente', diz juíza sobre mortes no Cabula]

Linha Fina: O procurador Davi Gallo, segundo assessoria do MP-BA, está formulando recurso do caso

Foto em P&B da reconstituição/legenda

Resumo da publicação:

A chamada ganha destaque em uma pequena parte da capa do jornal, que conta: Cabula – Juíza vê modo moderado em ação de PMs com 12 mortos. O Caderno, de nome ‘Salvador

Justiça' traz matéria com o título: Juíza considerou 'moderada' a ação da PM, o texto traz como subtítulo a seguinte frase: Sentença fala em legítima defesa e absolve policiais que mataram 12. O texto relata que a Juíza responsável pelo caso nas circunstâncias do julgamento optou por não ouvir em juízo testemunhas relacionadas a ação, segundo ela seria irrelevante. O jornal traz a informação de que muitos dos presentes afirmaram que as vítimas foram executadas. Consta ainda nos autos que os policiais foram agredidos moral e fisicamente. Em negrito, é destacada a palavra 'Aberração', o texto relata que o Ministério Público que havia denunciado os policiais por homicídios, com características de extermínio de seres humanos e informou que pretende recorrer. De acordo com o promotor Davi Gallo, a Juíza tomou a decisão junto com a polícia, omitindo a participação do Ministério Público, sendo assim, a decisão foi insana, sendo desprezado o artigo 415 do Código Penal. A ONG Anistia Internacional informou que vê com surpresa e preocupação a sentença e que espera que os laudos sejam colocados à disposição para uma perícia independente. Na matéria constam ainda alguns trechos atinentes na sentença com relação à legitimidade da ação, o tratamento dado pela juíza com relação às testemunhas, justificção dos disparos e coerência nas versões dos policiais.

O Correio – 28 de julho de 2015

Capa

Chapéu: CABULA

Título: Juíza vê 'modo moderado' em ação de PMs com 12 mortos
mais pág. 22 e 23

O Correio – 28 de julho de 2015

Editorial: SALVADOR

Chapéu: JUSTIÇA

Título: Cabula: Juíza considerou 'moderada' a ação da PM

Linha Fina: Sentença fala em 'legítima defesa' e absolve policiais que mataram 12

Resumo da publicação:

O material apresenta trechos da sentença entre parênteses, em seguida é apresentado em discurso direto a fala do promotor, criticando a decisão da juíza com palavras muito duras. A ONG Anistia Internacional informou em nota, portanto, em citação direta, que vê como surpresa e preocupação a sentença e que espera que os laudos periciais do caso sejam colocados a disposição para a realização de uma perícia independente. Em seguida é apresentada uma nota da PM, em discurso direto, informando que não se manifestaria sobre a decisão judicial e acrescentou que os PMs denunciados já retornaram as suas atividades laborais. Em discurso indireto governador Rui Costa, informou que não iria comentar a decisão judicial, mas se mostrou surpreso quanto ao vazamento do resultado à imprensa.

O Correio – 21 de fevereiro de 2016

Domingo, foto colorida da folia/carnaval/marcha para Jesus

Manchete: FOLIA E FÉ: Cabula faz marcha contra a violência

Caderno 24h

Título: Clamor por paz

Foto colorida, grande, no meio da página

2 colunas de texto

Resumo da publicação:

A notícia ganha visibilidade na capa do jornal, com a manchete: Folia e fé: Cabula faz marcha contra violência. No Caderno de notícias é apresentada a fala do bispo Edson, relatando que não haverá mais mortes no Cabula. O ato reuniu de crianças a adultos em prol da paz. De acordo com o bispo as pessoas estão se perdendo no tráfico de drogas. A marcha foi proposta por sete igrejas evangélicas da região. A matéria relata que o clima foi de festa contando com dois trios elétricos, em média mil pessoas estavam presentes.

O Correio – 27 de fevereiro de 2016

Título: Tensão marca audiência no Cabula

Resumo da publicação:

Com o título: Tensão marca audiência no Cabula, a matéria relata que o espaço da audiência não comportou a quantidade de presentes, a audiência tinha como objetivo discutir as mortes. Estavam presentes familiares, representantes dos movimentos sociais, familiares de policiais e integrantes de associações de classe. A matéria conta que nenhum representante da SSP estava presente nem do Comandante da Polícia Militar. Muitos vaiaram, o clima ficou tenso segundo a repórter, foi proposta a criação de uma agenda para discutir a política de segurança do Estado. Na oportunidade foi falado pelo Secretário de Direitos Humanos que era necessário superar o auto de resistência. Na oportunidade Hamilton, Coordenador do Reaja

informou que o grupo tem recebido ameaças. Foi criada uma comissão para acompanhar as investigações e o presidente da OAB se comprometeu a levar as propostas apresentadas durante o debate ao governador Rui Costa. Luiz Viana Queiroz informou que a OAB também estava disposta a promover uma audiência pública que discuta as mortes de PMS, a qual estive presente. No momento foi informado que o Ministério Público instaurou um inquérito com o objetivo de apurar a possível violação de direitos humanos e que apenas dois dos mortos tinham passagem pela polícia, um por tráfico e outro que foi preso com uma peixeira e conduzido a delegacia por briga no carnaval.

A Tarde – 25 de junho de 2016

Seção CURTAS (notas)

Título: Janot quer rever chacina do Cabula]

Linha Fina: Procurador-Geral critica julgamento feito na Bahia

Resumo da publicação:

No Caderno de notícias consta que o procurador-geral da República propôs ao Superior Tribunal de Justiça o deslocamento da competência para apuração do caso. De acordo com Janot, ao absolver os policiais envolvidos, impedindo o andamento do processo, a justiça estadual desconsiderou informações pertinentes.

O Correio – 28 de junho de 2016

Chamada, só título: Janot quer tirar da Justiça baiana processo sobre mortes no Cabula pág. 18

Chapéu: CASO CABULA 12 MORTES

Título: PGR quer Justiça Federal em julgamento de 9 PMS

Linha Fina: Decisão relâmpago e ameaças foram citadas por Janot em pedido ao STF

Resumo da publicação:

Na capa do Jornal consta a seguinte frase: Janot quer tirar da justiça baiana processo sobre mortes no Cabula. De acordo com o Procurador Geral da República, é necessário que o Supremo Tribunal Fedra investigue as 12 mortes, que envolveu jovens de 15 a 28 anos de idade,

para ele a legítima defesa não condiz com o acontecido. Assim, relata que, ao não considerar informações importantes, continua a hipótese de que os policiais não agiram de má fé. O Procurador ainda destaca que foram 143 na operação que resultou nas mortes e que apenas 88 teriam sido certos e apenas um policial foi atingido de raspão. A notícia relata que o pedido de investigação foi proposto após a ONG justiça global denunciar a Comissão Interamericana de Direitos Humanos que vinham sofrendo ameaças por conta da atuação contra esse tipo de ação policial. Após o Ministério Público apresentar denúncia contra os PMs, por homicídio qualificado e tentativa de homicídios contra outras seis pessoas houve reconstituição da Polícia Civil que considerou legítima defesa.

O Correio – 14 de setembro de 2016

Chamada de capa

Texto da chamada: STJ pode rever absolvição de PMs

Resumo da publicação:

Consta na capa do jornal em negrito a seguinte frase: STJ pode rever absolvição de PMs. No Caderno de notícias é possível identificar em negrito a seguinte frase: Ministro do STJ admite tirar caso Cabula da justiça baiana. De acordo com o Ministro, a justiça baiana provou que não tem competências para cuidar do caso, de acordo com ele, é cabível o pedido realizado pelo procurador geral de federalização do caso, diante dos indícios de grave violação dos direitos humanos. Em seguida o noticiário apresenta um dado relevante sobre a Segurança Pública da Bahia, em que o ministro do STJ informou que foram 616 mortes em confronto com policiais de 2013 a 2015. A matéria também informou que a Coordenadora da ONG Justiça Global, comemorou o parecer relacionado à solicitação de federalização do caso, pois haveria um entendimento de que faltou o comprometimento das instituições no acontecimento.

O Correio – 18 de março de 2017

Título: Audiência debaterá a federalização do Caso Cabula

Resumo da publicação:

A notícia é correspondente à audiência que tinha como objetivo debater a federalização do caso do Cabula, reunindo nesse espaço defensores públicos, ONGs e Movimentos sociais. A fim de dar conhecimento aos envolvidos sobre o processo, o jornal informou que o incidente de deslocamento está na fase da instrução no Superior Tribunal de Justiça. O noticiário também informou que os policiais alegaram legítima defesa. O pedido que a Justiça Federal investigue o caso partiu da Anistia internacional, que após ser informada das ameaças que estariam sendo provocadas contra os militantes do Reaja, realizou denúncia a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A OAB cobrou a federalização do Caso. Nesse sentido, pode-se verificar como o envolvimento dos movimentos sociais é fundamental no que tange à garantia de que as coisas caminhem com coerência e que sejam apuradas as fragilidades do sistema de justiça social.

A Tarde – 20 de março de 2017

Coluna: POUCAS E BOAS

Anúncio da audiência sobre a federalização

Resumo da publicação:

O informativo dedica uma parte bem discreta do jornal para comunicar a audiência motivada pela Defensoria Pública e pelas Organizações Sociais com o objetivo de discutir o incidente de deslocamento de competência. O jornal ressalta que o Governo do Estado e a justiça militar estão sendo cobrados a prestarem esclarecimentos sobre o caso.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, constata-se que o “Caso do Cabula”, bem como as outras execuções que envolvem polícia x pobres, são permeadas por uma política voltada para repressão e controle dos pobres, movido pelo discurso do controle do tráfico de drogas. O Pacto pela Vida na Bahia tem uma proposta inovadora, propondo caminhos em meio à tecnologia investigativa avançada, equipamentos DE que até então não se ouvia falar, monitoramento e especialistas com qualidade para investigação. Mas o que pode ser revelado a partir da Chacina do Cabula, foi uma total falha em tudo que se planejava em termos de Segurança Pública Cidadã, pois foi uma operação que contou com 88 balas de revólver fatais, de acordo com o laudo cadavérico, e que tinha um possível assalto a banco como pressuposto de crime. A ação resultou na morte de 12 jovens de 16 a 27 anos, dos quais somente dois tinham passagem pela polícia, sendo que nenhum desses tinham passagem por homicídio, levando a um aumento das estatísticas de homicídios injustificados de civis e processos arquivados. Na Bahia o caso repercutiu por conta das ações envolvendo os movimentos sociais, o pedido de estabelecer Competência Federal para Crimes contra os Direitos Humanos foi uma iniciativa que se apoiou nas investigações preliminares que indicam o envolvimento de policiais.

A iniciativa do Ministério Público em optar por uma investigação independente favorece os desfechos do caso, o que deixou de centralizar as ações em torno da polícia. A autonomia investigativa do Ministério Público proporcionou maior liberdade para interrogar as testemunhas, visitar o local do crime e receber outros apoios técnicos.

Muitas são as investidas necessárias no que diz respeito ao aprimoramento das investigações, amparadas ao sistema de justiça brasileiro. Estamos diante de uma problemática que inibe a participação e os desfechos dos casos, entre os problemas identificados está a não garantia de segurança as testemunhas. No momento existe um projeto de lei em trâmite no Congresso Nacional que prevê a proteção às testemunhas, em alguns estados já existem iniciativas que tentam garantir, por meio de organizações não-governamentais.

Como foi possível observar no decorrer do processo, os policiais foram absolvidos, presumindo então legítima defesa. A imposição de disciplina administrativa, o desligamento destes da força policial ou ao menos suspensão da ativa seriam formas de garantir que as acusações criminais fossem apuradas de forma criteriosa. O desencorajamento do uso de armas de fogo em confronto é uma necessidade que perpassa por longa experiência negativa por parte das Políticas de Segurança Pública, como é o caso do Programa Pacto Pela Vida, que incrementou a compra de instrumentos de força letal, sem ao menos priorizar a reestruturação

das forças policiais e seus mecanismos de atuação. Portanto, o que a Bahia tem é uma polícia treinada para o uso de métodos letais e incentivada a empregá-los.

Ao finalizar esta dissertação, compreendemos que vários são os desafios, e uma multiplicidade de mudanças urgentes. A Política de Segurança do Estado da Bahia não se apresenta como inovadora, pois as mesmas práticas continuam em vigor. Na verdade, ela possui características de Estado Penal como aponta Loic Wacquant, baseada em uma lógica racista de ocupação, remoção de moradores e a não preocupação com a prevenção social dos sujeitos vulneráveis.

No que se refere aos dois jornais de maior circulação da Bahia que divulgaram o acontecimento, identificamos que apesar de um possuir uma trajetória de oposição às ações do Governo (*A Tarde*) e o outro de configurar-se como o próprio Governo ao longo da história (*Correio*), apoiando seus eleitores e reafirmando o posicionamento, não identificamos diferenças alarmantes entre ambos jornais. Esperava-se que a notícia da Chacina repercutisse e fosse mais noticiada e julgada, porém, o que aconteceu foram formas similares de apresentação do Caso do Cabula.

De acordo com Cornu (1999 p. 227), observa que “[...] o sistema mediático não tem unicamente por função informar, compete-lhe também distrair, cativar, fascinar um público, fixar a atenção sobre temas, orientar os julgamentos, estimular compromissos, formar convicções, criticar decisões.” A fixação por exemplo, acontece quando determinado tema é pautado por um período longo e o noticiário o torna cotidiano na vida das pessoas, passando a pautar fatos semelhantes, desencadeando assim uma “onda” de fatos da mesma natureza, é interessante ressaltar que se não fosse pela divulgação da mídia, esses fatos não receberiam a atenção por parte das pessoas.

Dessa forma, torna-se necessário repensar os critérios de noticiabilidade, para Gomis (1991, p. 187), “notícias de repercussão mobilizam os atores sociais, que produzem novos fatos e fazem com que eles sejam também noticiados. A mediação generalizada estimula a ação social”. Pautar a temática nos jornais contribui, no caso da segurança pública, para fortalecer uma visão democrática de política de segurança pública. Sabendo-se que existem dois modelos de política de segurança pública em disputa no país desde o retorno da democracia, a mídia termina por fortalecer uma visão retrógrada de políticas de segurança pública.

Observou-se o enfraquecimento da participação do cidadão nas questões públicas e a atrofia da esfera pública; a ausência de um debate crítico sobre políticas de segurança pública contribui para que a mídia reproduza uma visão de senso comum sobre a questão e, com isso, fortalece políticas retrógradas de segurança pública. A cobertura de ambos os jornais em tela

sobre a Chacina do Cabula ficou baseada no senso comum; e com isso foram favorecidas as autoridades do governo do Estado e a sua política de segurança representada pelo Programa Pacto Pela Vida, ao não questioná-la em nenhum momento, sobretudo, quando o instituto dos autos de resistência deixou de ser criticado.

Com relação ao tratamento dado ao tema pelos jornais, observou-se o julgamento precipitado, que confere causas antes de investigar o fenômeno, sobretudo se considerarmos o tempo necessário para a coleta do maior número possível de dados sobre o acontecimento a fim de realizar exposição criteriosa na cobertura. Observou-se que os jornais instalam dúvidas sobre a “verdade”, ao apresentar ao leitor no mínimo duas versões, a do confronto e execução.

7. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Elton. **Enquadramento**: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.85-99, dez. 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAGA FERNANDES, Rosali; RODRIGUES REGINA, Maria Emília. **O acelerado crescimento dos bairros populares na cidade de Salvador-Bahia e alguns dos seus principais impactos ambientais: o caso do Cabula, geograficamente estratégico para a cidade**. 2005.

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CARVALHO, Carlos Alberto. **O enquadramento como conceito desafiador à compreensão do jornalismo**. 2009.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra; CALIXTO, Pedro; PINHEIRO, Marta Macedo; **Análise de conteúdo: Considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método**. 2014

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CEZAR, Gustavo Buss. **Critérios de noticiabilidade**: uma releitura frente à nova relação espaço-temporal da sociedade em rede. 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CHAMPAGNE, Patrick. — **A visão mediática**. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. — **A visão do Estado**. In: BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. **El discurso de la información**: la construcción del espejo social. Barcelona: Gedisa Editorial, 2003.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia de las drogas**. Madrid: Alianza Editorial S.A., 1998.

FIORE, Maurício. **O lugar do Estado na questão das drogas**: O paradigma proibicionista e as alternativas. NOVOS ESTUDOS 92, MARÇO 2012.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro Caído no Chão**: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro. (Dissertação de Mestrado) Universidade de Brasília, 2006.

FONSECA, Francisco. — **Mídia, poder e democracia**: teoria e práxis dos meios de comunicação. In: Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 41-69.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FERNANDES, Mario Luiz. **A força da notícia local: a proximidade como critério de noticiabilidade.** 2002

Formiga, Fábio Oliveira. **A evolução da hipótese de agenda-setting.** 2006

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública.** Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1984.

HOFFMAN, Câmara. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações.** Revista Interinstitucional de Psicologia, 2013.

IKEDA, Ana Akemi; CHANG, Sandra Rodrigues. **Análise de conteúdo – uma experiência de aplicação na pesquisa em comunicação social.** 2005

KARAM, Maria Lucia. **O esgotamento da política de drogas.** Escola Institucional do Ministério Público de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. <http://www.leapbrasil.com.br/site/wp-content/uploads/2017/05/O-esgotamento-da-politica-de-drogas-MPMG.pdf>. Acessado em 04 de abril de 2018.

KATZ, E. (1993): **Os acontecimentos mediáticos: O sentido de ocasião**, in TRAQUINA, N. (Org.): **Jornalismo: Questões, Teorias e “Estórias”**. Lisboa: Vega.

MANSUR, Saulo Antônio. **Princípio da eficiência e a repressão qualificada.** Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2007. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/node/21776>. Acesso em: 21 out. 2013.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Imprensa e Capitalismo.** São Paulo: Kairós Livraria Editora, 1984.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: Análise das ‘características substantivas’ das notícias nos jornais folha de São Paulo, o estado de São Paulo e o globo.** 2006.

MOTA, Flavio Oliveira; FREITAS, Breno Braga de Souza. **Uma busca pela identidade cultural de origem quilombola na região do cabula em salvador-bahia.** 2014

NAVARRO, **Uma Análise da Relação entre o Estado e o Tráfico de Drogas: O mito do Poder paralelo,** Revista Unioeste, 2006.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Paulo Henrique; SPINOLA, Carolina de Andrade; REIS, Renato Barbosa. **As interfaces entre o patrimônio cultural africano do bairro do Cabula em Salvador-BA e a perspectiva dos seus moradores.** 2016.

OLIVEIRA, Denise Cristina, **Análise de Conteúdo Temático-Categorial: Uma Proposta de Sistematização.** 2008

PAIXÃO, Antônio Luis. **“Problemas sociais, políticas públicas: o caso do Tóxico”**. In:

PORTO, Maria Stela Grossi. — **Mídia, segurança pública e representações sociais.** In: Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 21, n. 2

SILVA, Cristiane Rocha Silva; GOBBI, Beatriz Christo; SIMÃO, Ana Adalgisa. **O uso da análise de conteúdo como uma ferramenta para a pesquisa qualitativa:** Descrição e aplicação do método. 2004

SOUZA NETO, Claudio Pereira de. **A segurança pública na Constituição Federal de 1988:** conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas.

In: https://jornalggn.com.br/sites/default/files/documentos/Seguranca_Publica_na_Constituicao_Federal_de_1988.pdf. Acessado em 13 de setembro de 2017.

SOUZA, Monica. **Representações na imprensa:** entre o coletivo e o indivíduo. 2010

SILVA, Dayanne Pereira. **Construção da violência sexual infanto juvenil em webnotícias:** Um estudo de caso no G1 e na Folha .com (2007-2011). 2013

SILVA, Matheus Kern. **Crítérios de Noticiabilidade:** uma análise de conteúdo do caderno de esportes do jornal Zero Hora. 2011.

SILVA, Marcos Paulo. **Como os acontecimentos se tornam notícia:** Uma revisão do conceito de noticiabilidade a partir das contribuições discursivas. 2010

SOUSA, Jorge Pedro. **A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental:** uma perspectiva ibérica. 2007

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRISTÃO, Marise Baesso. **A influência do discurso jornalístico sobre a sensação de insegurança na sociedade.** 2010

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade:** uma teoria social da Mídia. Petrópolis: Vozes, 1998.

VARJÃO, Suzane. **Micropoderes, macroviolências.** EDUFBA. 2008

ZACCONE, O. **Indignos de vida:** a forma jurídica da política de extermínio de inimigos na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. **A questão criminal.** Tradução Sergio Lamarão. Editora Revan, 2012

ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e Cidadania:** repressão ou redução de riscos. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. **Guerra às Drogas e Letalidade do Sistema Penal.** Revista EMERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 63 (Edição Especial), p. 115 - 125, out. - dez. 2013.